

SEGURANÇA E CIDADANIA

BOLETIM
SEGURANÇA E CIDADANIA
NOVEMBRO 2015

INÍCIO

19

**“ELES NOS DETESTAM”.
TROPEÇOS DO POLICIAMENTO
DE PROXIMIDADE EM FAVELAS**

RESULTADOS DA PESQUISA
UPP: O QUE PENSAM OS POLICIAIS, 2014

LEONARDA MUSUMECI



RESUMO

O artigo analisa resultados da 3ª rodada do *survey* “UPP: O que pensam os policiais”, realizado em 2014, que entrevistou 2.002 cabos e soldados das 36 unidades então existentes na cidade do Rio de Janeiro. Em comparação com os das pesquisas de 2010 e 2012, tais resultados mostram a persistência de problemas relativos à formação, às condições de trabalho e à vontade da maioria dos agentes de deixar o programa. Mas revelam sobretudo um avanço das práticas de policiamento convencional e repressivo, em detrimento daquelas associadas à polícia de proximidade, com um crescente protagonismo dos GTPPs, grupamentos calcados no modelo do Bope e das tropas de elite dos batalhões. Apontam também sinais de forte deterioração das relações entre policiais e moradores, assim como um aumento das percepções de presença do tráfico de drogas e do porte ilegal de armas nas UPPs. Em diálogo com algumas pesquisas etnográficas recentes sobre favelas ocupadas, o trabalho relaciona a crise por que passam essas unidades a tropeços, lacunas e desvios de rota do próprio programa, não simplesmente a um “retorno” do tráfico, que estaria desafiando a chamada “pacificação”.

LEONARDA MUSUMECI

É PROFESSORA DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UFRJ E PESQUISADORA ASSOCIADA DO CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA (CESEC).

Coordenam, desde 2010, a pesquisa *UPP:*

O que pensam os policiais BARBARA MUSUMECI MOURÃO, JULITA LEMGRUBER, LEONARDA MUSUMECI e SILVIA RAMOS.

A rodada de 2014 contou ainda com a participação do pesquisador ALBERTO ALVADIA FILHO e dos estatísticos DORIAM BORGES e GREICE CONCEIÇÃO.

A coordenação de campo ficou a cargo de SONIA NUNES e a aplicação dos questionários foi feita pela empresa EXATA PESQUISAS E EVENTOS. O apoio financeiro a esse terceiro survey veio de doação da OPEN SOCIETY FOUNDATIONS (OSF). Como nas rodadas anteriores, nesta também foi fundamental a colaboração da COORDENAÇÃO DE POLÍCIA PACIFICADORA DA PMERJ dando suporte à pesquisa, divulgando-a entre os comandos das UPPs e fornecendo as listas de cabos e soldados para sorteio da amostra. Agradecemos aos diversos comandantes de unidades e aos outros oficiais da PM que contribuíram para tornar o levantamento possível. O grande número de entrevistados e nosso compromisso de manter em sigilo a identidade deles nos impede de mencionar um a um, mas não podemos deixar de registrar um agradecimento geral a todos(as) os(as) policiais militares que se dispuseram a responder às nossas muitas e longas perguntas.

Na sua terceira rodada, o *survey* sobre experiências e percepções de policiais de ponta das UPPs, realizado previamente pelo CESeC em 2010 e 2012, gerou resultados que reforçam inquietações manifestas desde o início da pesquisa e ecoam um cenário de reversão de expectativas que vem sendo apontado também por outros estudos recentes sobre o processo de “pacificação” de favelas.¹ Este artigo apresenta os resultados do levantamento de 2014, buscando sempre que possível contextualizá-los, não só em comparação com os das rodadas anteriores,² mas também em diálogo com algumas pesquisas qualitativas sobre moradores e policiais de UPPs desenvolvidas nos últimos anos.

O trabalho de campo teve duração bem superior à dos precedentes, estendendo-se por três meses e meio, de 30 de julho a 19 de novembro. Isso se deveu tanto à situação conturbada em algumas favelas quanto a outros tipos de obstáculos encontrados no processo de aplicação dos questionários, como a não-divulgação prévia da pesquisa para os policiais sorteados ou a particular dificuldade de entrevistar mulheres, dado que a amostra desta vez foi estratificada por gênero. Em várias unidades o pequeno número de policiais femininas tornou necessário entrevistar todas ou quase todas para garantir a consistência dos resultados, o que deixou pouca ou nenhuma margem para substituições. Como se sabe, afastamentos temporários por licença médica, resposta a inquéritos e outros motivos são muito frequentes na Polícia Militar. Quanto mais o levantamento se estendia, mais a lista original que servira para sortear a amostra tornava-se obsoleta. Testes realizados posteriormente mostraram, porém, que os critérios de substituição adotados e mesmo a perda de algumas

entrevistas com mulheres policiais não prejudicaram a abrangência e aleatoriedade da amostra, nem alteraram a margem de erro dos resultados (4%).

Foram ouvidos ao todo 2.002 policiais (1.896 soldados e 106 cabos; 1.548 homens e 454 mulheres) em amostra aleatória representativa do universo de 7.643 policiais de ponta alocados naquele momento em 36 UPPs da cidade.³ Embora extensa (cerca de ¼ do universo), essa amostra não representa estatisticamente as unidades individuais, apenas o conjunto delas e alguns subconjuntos construídos por agregação. Sacrifica-se assim a grande diversidade entre as favelas e perde-se a possibilidade de captar variações nas experiências e percepções dos policiais que possam estar associadas a diferenças locais.⁴ Mas, para obter resultados desagregáveis por unidade, seria necessário um levantamento bem mais amplo, quase um censo geral dos policiais militares das UPPs, cujo custo tornaria a pesquisa inviável.

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Se os resultados dos dois *surveys* anteriores sugeriam uma tendência à crescente feminização da tropa das UPPs, tendo a participação de mulheres aumentado de 0,8% em 2010 para 11,4% em 2012, os de 2014 contrariam essa expectativa, pois mostram ligeiro recuo (na margem de erro da pesquisa) da parcela de policiais femininas que trabalham em favelas “pacificadas”: 9,7%.⁵ Em relação ao perfil etário, houve certo envelhecimento do efetivo, registrando-se acréscimo da parcela de policiais com mais de 33 anos (16,4 contra 6,7% em 2012) e redução da faixa mais jovem, com idades entre 18 e 24 anos (de 11,5% em 2012 para

4,9% em 2014). Isso talvez reflita um ritmo menor de incorporação de policiais recém-formados e/ou a entrada de agentes mais velhos, oriundos de outros setores da PM. De todo modo, a faixa amplamente majoritária continua sendo de 24 a 33 anos, com uma pequena variação entre 2012 e 2014 (de 81,7 para 78,6%), dentro da margem de erro da pesquisa.

O grau de instrução alterou-se pouco entre os dois últimos levantamentos, com ligeira queda da proporção de policiais que têm curso superior completo ou incompleto (de 47,5 para 42,6% do total), mas aumentou bastante o percentual dos que disseram estar estudando na época da pesquisa (de 30,2 para 41,2%).

Em 2014, como em 2012, os evangélicos prevaleceram sobre os católicos (41,9 contra 37,3%); os autodeclarados pretos e pardos sobre os brancos (67,6 contra 30,8%), e os casados sobre os solteiros (63,5 contra 36,5%). Quanto à renda pessoal, observa-se desde o primeiro *survey* uma concentração na faixa de três a cinco salários mínimos por mês, variando de 63 a 65% nas três rodadas do levantamento. Entre 2010 e 2014, contudo, dobrou a parcela de policiais que disseram ter renda mensal superior a cinco salários mínimos (de 14,8 para 30,1%) – o que possivelmente se deve à instituição dos programas Proeis e RAS, em 2011 e 2012, que permitiram aos funcionários de segurança pública prestar legalmente serviços remunerados nos seus horários de folga.⁶ Ainda assim, em 2014, uma parcela muito alta dos entrevistados (83,2%) afirmou que o rendimento, incluindo gratificações, era insuficiente para sustentar a família.

A grande maioria (76,3%) do efetivo de 2014 ingressara na corporação dois a cinco anos antes. Praticamente metade

já trabalhava em UPP havia mais de dois anos, mas só 31,7% estavam há mais de dois anos alocados na unidade atual, o que sugere a existência de alguma rotatividade entre as UPPs. De fato, respondendo a outra pergunta, 38% dos soldados e cabos disseram já ter passado por duas ou mais unidades. Além disso, 20,4% já haviam trabalhado anteriormente em outros setores da PMERJ, a maior parte deles (83,6%) em batalhões convencionais.⁷

Embora minoritárias, essas parcelas são significativas por sugerir certo afastamento em relação a dois princípios originais do programa: (a) de que todos os agentes de ponta fossem desde o ingresso na PM especialmente designados e treinados para trabalhar em UPP, a fim de evitar a reprodução dos “vícios” da polícia tradicional, e (b) de que os policiais permanecessem nos mesmos territórios, de modo a criarem laços de convivência e confiança com os moradores, conhecerem bem as características e os problemas de cada favela, e poderem com isso desenvolver o chamado “policiamento de proximidade”. Mas, segundo Albernaz e Mazzurana (2015: 78), o último princípio foi alterado com o tempo, restringindo-se os novatos a 2/3 do efetivo da UPP e passando-se a preencher o outro terço com policiais deslocados de outras unidades, para “compartilharem a experiência adquirida em outras áreas em processo de pacificação”. Independentemente do sucesso maior ou menor dessa estratégia, explica-se assim a percentagem relativamente próxima de 1/3 dos policiais que disseram já ter passado por mais de uma unidade. O que não fica esclarecido é o percentual de 20,4% de cabos e soldados oriundos de batalhões convencionais e de outros setores

da PM: esse deslocamento está previsto para os sargentos e subtenentes responsáveis pela supervisão, mas nenhuma das duas categorias foi incluída na nossa amostra.

“MUITO BLÁ-BLÁ-BLÁ” E “ESTÁGIO NA PRAIA”: CRÍTICAS À FORMAÇÃO

Assim como na pesquisa anterior, cerca de metade dos policiais ouvidos em 2014 (51,7%) não se considera adequadamente formada para trabalhar em UPP. Essa apreciação genérica aparentemente diverge do fato de mais de 70% dos entrevistados considerarem *adequadamente* ministrados alguns conteúdos essenciais ao tipo de trabalho proposto pelo programa, como policiamento comunitário, policiamento de proximidade, direitos humanos e uso gradual da força.⁸ Entretanto, há outros conteúdos também importantes para esse trabalho que a maioria considerou *inadequadamente* ensinados ou *inexistentes*: prática de policiamento cotidiano em favelas, mediação de conflitos, procedimentos para violência doméstica e uso de armamento menos letal. Ademais, a uma pergunta aberta (feita só aos que se disseram despreparados) sobre o que achavam que havia faltado na formação, a maior parte (52%) reclamou da falta de conhecimento da realidade das favelas ou da completa ausência de treinamento direcionado especificamente ao trabalho em UPP. Isso parece indicar que mesmo os conteúdos avaliados como “adequadamente” ministrados podem ser vistos como excessivamente teóricos: ensina-se bem a doutrina do “policiamento comunitário” ou “de proximidade”, mas não se promove a aproximação cognitiva e prática dos formandos aos ambientes específicos em que deveriam aplicá-la.



CERCA DE METADE DOS POLICIAIS OUVIDOS EM 2014 NÃO SE CONSIDERA ADEQUADAMENTE FORMADA PARA TRABALHAR EM UPP”

“Muita teoria e pouca prática”; “muito blá-blá-blá”; “a realidade não corresponde ao que é ensinado no curso”; “faltou mostrar o que é a realidade da comunidade e que existem diferentes comunidades”; “o que se mostra é diferente do que vemos aqui”; “faltou psicologia para [lidar com] a hostilidade da comunidade”; “a formação foi para batalhão, não para UPP”; “o estágio foi feito na praia” [sic], ou “em batalhão”, quando “deveria ter sido feito em UPP” – são algumas das respostas que ilustram essa crítica. Seguem-se a ela 13,7% de apreciações negativas gerais sobre o curso (má qualidade dos professores e instrutores; estrutura e organização ruins; tudo ou quase tudo péssimo) e 8% de reclamações sobre o período muito curto da formação.⁹

Já se sublinhara, na rodada anterior da pesquisa, a grande defasagem existente entre a pretensão de disseminar um “novo paradigma” de polícia, baseado na noção de proximidade, e a permanência dos velhos conteúdos e métodos de ensino oferecidos aos policiais militares (cf. Musumeci *et al.* 2013: 4-5; 21). Ainda que com muito atraso – quase oito anos depois da inauguração da primeira UPP –, a PMERJ promoveu recentemente uma atualização do Curso de Formação de Soldados (CFSd), que deve entrar em vigor no final de 2015. A nova grade curricular não só aumenta a carga horária total do curso de 1.182 para 1.437 horas como cria as disciplinas *Polícia de Proximidade* (pela fusão das antigas *Policimento Comunitário* e *Prática Policial Cidadã*); *Tecnologias Não-Letais* (antes parte da disciplina *Armamento*) e *Administração Institucional de Conflitos*, antes inexistente. Além disso, o estágio prático passará a durar dois meses e

todas as disciplinas do curso terão de abordar ao menos três estudos de caso (cf. Cortes e Mazzurana 2015).

Tais mudanças representam sem dúvida um avanço importante. Resta saber se serão suficientes para transformar o “policimento de proximidade” na “filosofia (...) orientadora das formas de atuação e policimento da corporação” (*idem*: 6), abrindo caminho para a superação da lógica bélica hoje predominante. E sobretudo se conseguirão reduzir o abismo entre teoria e prática, no qual florescem o “currículo oculto” e a “pedagogia informal”, muitas vezes em completa oposição ao que os cursos formais pretendem transmitir:

“Estes procedimentos [informais] podem se tornar lesivos à proposta educacional oficial por concorrer ou desconstruir conteúdos do currículo formal quando trazem o entendimento de que a construção do que é *ser e fazer polícia* ocorre exclusivamente pela tradição (experiência de trabalho dos mais antigos) e quando reforçam valores e atitudes contrários aos explicitados no currículo formal” (*idem*: 8).

Como se verá logo a seguir, a pesquisa do CESeC indica que está ocorrendo nas UPPs uma crescente reprodução de concepções e práticas tradicionais de polícia, em detrimento do que possa ser entendido como “policimento de proximidade”. Não é o caso de atribuir tal tendência unicamente a lacunas de formação ou à vitória do currículo oculto. Mas certamente reside aí um dos flancos deixados abertos até agora pelo programa de “pacificação” de favelas e só o futuro dirá se e em que medida as inovações pedagógicas de 2015 terão sido capazes de reverter esse quadro. No início do programa, quando questionados sobre

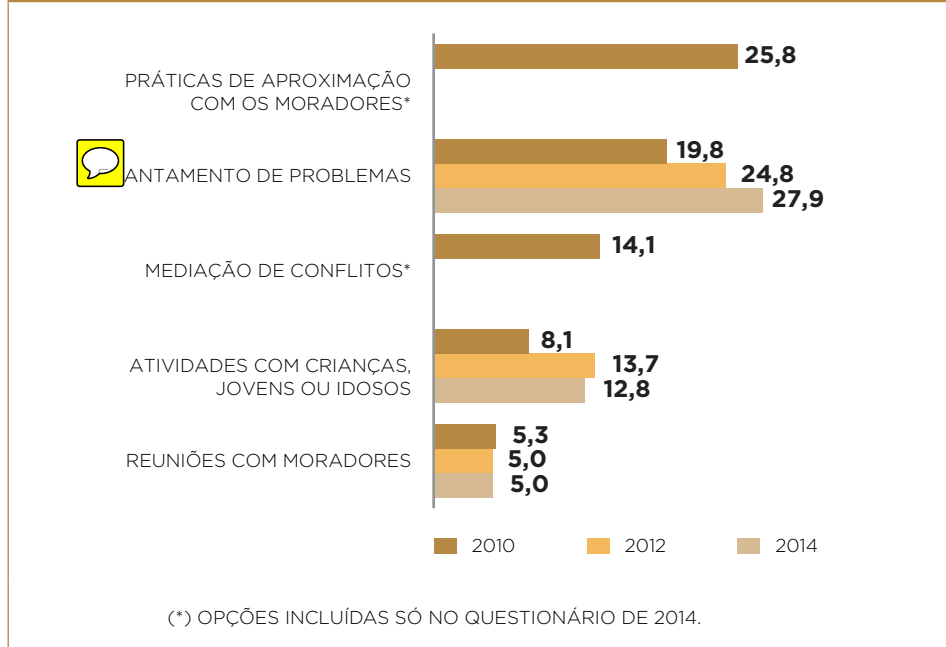
a necessidade de mudança urgente e radical na formação dos policiais, os gestores diziam que tinham de “trocar o pneu com o carro andando”. Resta torcer para que os oito anos de rodagem sem pneu não tenham danificado de vez a roda e o eixo do carro.

O QUE FOI FEITO DO POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE?

Ao lado das críticas à formação, os resultados do levantamento de 2014 apontam uma fraca presença, quando não um encolhimento, de atividades identificáveis ao “policiamento de proximidade” nas UPPs,¹⁰ como mostra, ao lado, o Gráfico 1.

Vê-se que pouco mais de ¼ dos policiais realizava com frequência, em 2014, algum tipo (não especificado) de prática de aproximação com moradores; menos de 20% buscavam levantar problemas da comunidade; cerca de 14% realizavam frequentemente mediação de conflitos; pouco mais de 8% participavam de atividades voltadas para crianças ou jovens

GRÁFICO 1_ ATIVIDADES DE “PROXIMIDADE” QUE OS POLICIAIS DIZEM REALIZAR COM MUITA FREQUÊNCIA NAS UPPs (% DE ENTREVISTADOS)



e só 5,3% participavam frequentemente de reuniões com moradores. Observa-se, além disso, no Gráfico 2, um progressivo declínio dos percentuais de agentes que dizem manter algum contato com instituições locais.

“ OS RESULTADOS APONTAM UMA **FRACA PRESENÇA**, QUANDO NÃO UM ENCOLHIMENTO, DE ATIVIDADES IDENTIFICÁVEIS AO ‘POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE’ NAS UPPs”

GRÁFICO 2_ INSTITUIÇÕES COM QUE OS POLICIAIS MANTÊM ALGUM CONTATO (% DE ENTREVISTADOS)

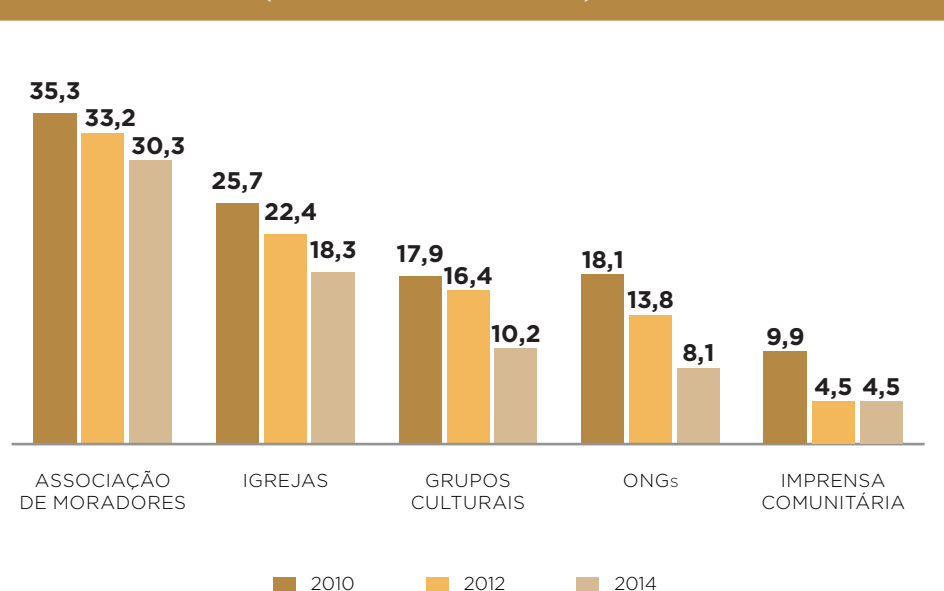
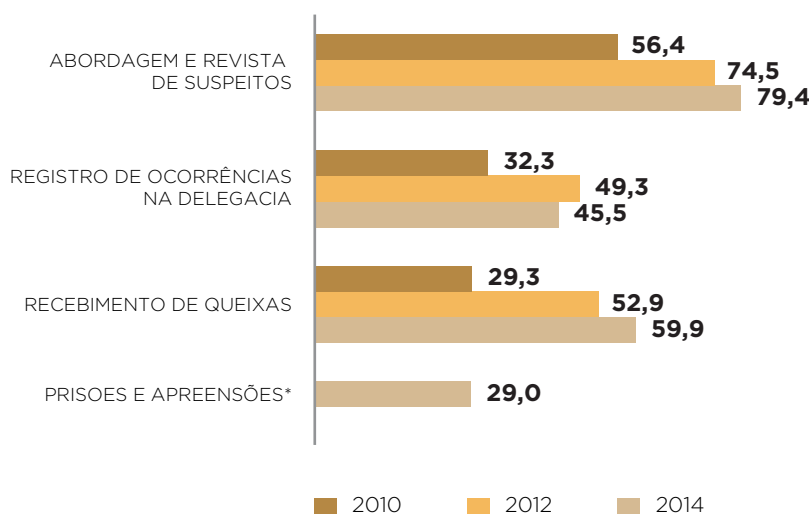


GRÁFICO 3_ ATIVIDADES DE POLICIAMENTO CONVENCIONAL QUE OS POLICIAIS DIZEM REALIZAR COM MUITA FREQUÊNCIA NAS UPPs (% DE ENTREVISTADOS)

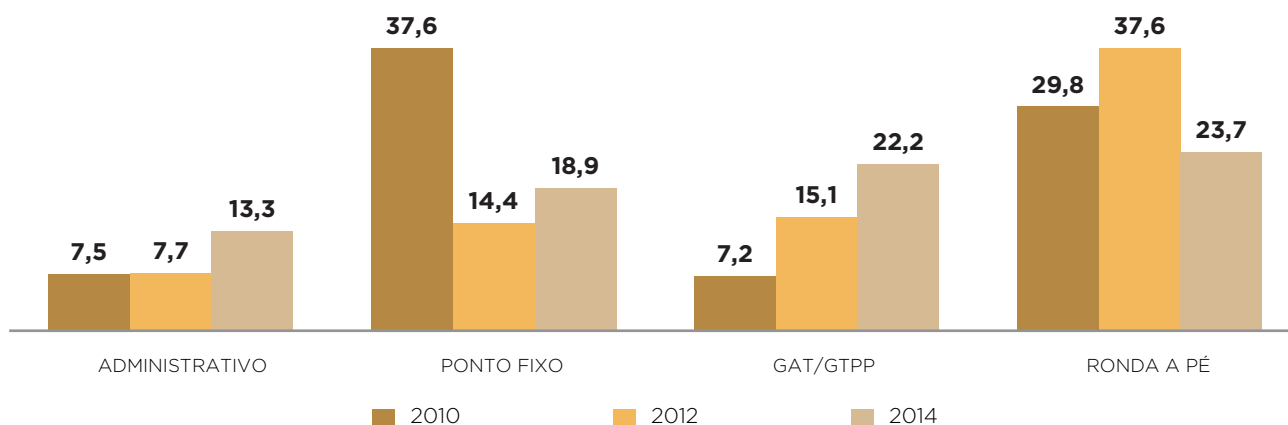
(*) OPÇÕES INCLUÍDAS SÓ NO QUESTIONÁRIO DE 2014.

Em compensação, vão de 29 a 56,4% as parcelas de entrevistados na última pesquisa que disseram fazer *com muita frequência* prisões e apreensões, recebimento de queixas, registros de ocorrências em delegacia e abordagem e revista de suspeitos – tarefas típicas do policiamento ostensivo tradicional (Gráfico 3). Apesar de todos os percentuais desse grupo de atividades também terem decrescido bastante desde 2012, ele parece ser bem mais generalizado no trabalho cotidiano dos policiais de UPP do que as práticas indicativas de aproximação e interlocução com os moradores. Os resultados confirmam, assim, uma tendência já apontada em pesquisas precedentes: a restrição do chamado “policiamento de proximidade” a um grupo mais ou menos especializado de “articuladores comunitários”, enquanto, para a grande maioria dos policiais, “proximidade” se traduziria apenas na presença contínua e ostensiva dentro das favelas,

com pouco ou nenhum diálogo com a população local (Cano, Borges e Ribeiro 2014: 157; Musumeci *et al.* 2013: 17).

Outra indicação de que o “novo paradigma” de policiamento vem perdendo terreno, como mostra o Gráfico 4, está na redução do percentual de policiais que dizem realizar ronda a pé¹¹ e no acréscimo dos que trabalham em patrulhas atualmente denominadas *Grupamentos Táticos de Polícia de Proximidade* (GTPP). Estas últimas, apesar de trazerem “proximidade” no nome, são destacamentos “operacionais” que transitam livremente por todas as ruas e becos da favela com policiais fortemente armados, desempenhando tarefas eminentemente repressivas ou modos tradicionais de “prevenção proativa”: perseguição às drogas, às armas e aos “esticas” (pequenos traficantes que permanecem no território); abordagem e revista de “suspeitos”; contenção de protestos ou “perturbações da ordem” na comunidade. Quando há situações

GRÁFICO 4 TIPO DE TRABALHO QUE OS POLICIAIS REALIZAM NA MAIOR PARTE DO TEMPO (% DE ENTREVISTADOS)



consideradas críticas em outras UPPs, o efetivo desses grupos pode ser deslocado temporariamente para apoiá-las (Albernaz e Mazzurana 2015: 69).

Observações etnográficas feitas por outros pesquisadores mostram que, pelo menos em algumas favelas, os integrantes dos GTPPs buscam mimetizar as tropas de elite dos batalhões (Gates) e das unidades especiais da PM (Bope, BPChoque), podendo manter para tanto uma atitude deliberada de distanciamento em relação à população. O que inclui, por exemplo, não cumprimentar os moradores e tratar com rispidez, quando não com violência, os incontáveis “suspeitos” revistados diariamente (Esperança 2014: 137-43). Ou empenhar-se em exibições de força que atemorizam a população e justificam o apelido de “bondes” dado a esses destacamentos em alguns lugares, por analogia com os grupos de traficantes que, com o mesmo propósito, desfilavam fortemente armados pelas ruas da comunidade (Soares 2015: 287).¹²

A julgar por tais relatos, chega a ser irônica a presença da expressão “polícia de proximidade” no nome dos GTPPs,

salvo se ela abarcar a pura e simples coexistência no território, ou os contatos verbais e físicos durante abordagens policiais. Nem a própria descrição oficial fornece alguma pista do que possa significar “proximidade” num grupamento como esse, definido da seguinte maneira:

efetivo de uma patrulha com treinamento operacional especializado e munida de equipamento especial, empregada em ações de Polícia Ostensiva específicas que demandam ação rápida e repressão qualificada. Exemplos de sua atuação: controle de tumultos e ações para restauração da ordem pública de maior magnitude. Por suas características de natureza e emprego possuem base territorial ampla, atuando em toda área da Unidade Policial de Proximidade, respondendo diretamente ao Comandante desta (PMERJ, Diretriz Geral de Polícia de Proximidade, Boletim da PM, n. 139, 2014, *apud* Viva Rio 2014: 15-16. Cf. também Albernaz e Mazzurana 2015: 69, 71).¹³

A série de dados do ISP sobre as 36 UPPs abrangidas em 2014¹⁴ reforça ainda mais os indícios de reiteração

do velho paradigma de policiamento, centrado em prisões e apreensões de drogas. Como mostra o Gráfico 5, à medida que a “pacificação” se estende a um número maior de favelas, cresce o volume de ocorrências tradicionalmente usadas para aferir a “produção policial”, exceto no caso das armas apreendidas, cujo número diminui no período.¹⁵ Vale sublinhar que o aumento dos outros registros não reflete necessariamente um aumento da criminalidade ou da quantidade de drogas em circulação, assim como a queda do número de armas apreendidas não significa necessariamente que haja menos armas ilegais nas favelas. O que essas ocorrências informam, sobretudo, é o *direcionamento dado ao trabalho policial*.¹⁵ E

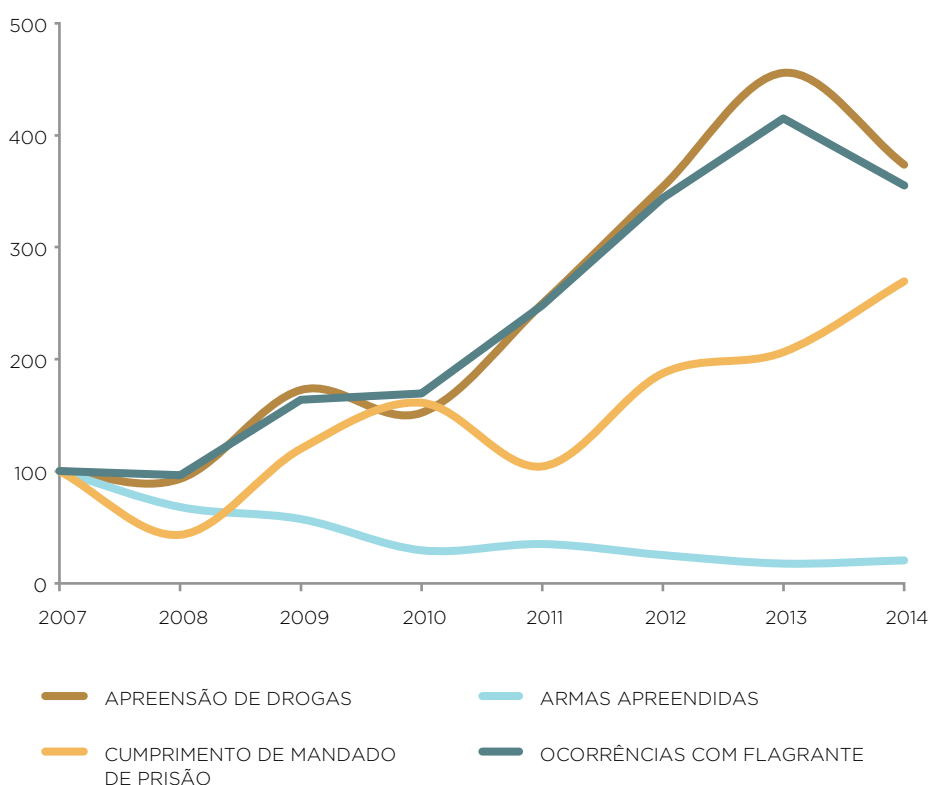
o fato de elas terem crescido em todo o estado no mesmo período indica que a “caça” às drogas e aos traficantes continuou sendo foco privilegiado da ação policial dentro e fora das UPPs.¹⁶

Voltando aos resultados do *survey*, nota-se que o percentual de entrevistados em 2014 que disseram trabalhar a maior parte do tempo em GTPP (22,2%) é apenas um pouco inferior ao dos que afirmaram realizar com frequência alguma espécie de atividade de aproximação com os moradores (25,8%). Isso poderia indicar à primeira vista uma especialização dual e contraditória nas UPPs: de um lado, “articuladores comunitários”, mediadores de conflitos e “policiais sociais”, que buscam desenvolver atividades capazes



A “CAÇA” ÀS DROGAS E AOS TRAFICANTES CONTINUOU SENDO **FOCO PRIVILEGIADO** DA AÇÃO POLICIAL DENTRO E FORA DAS UPPs”

GRÁFICO 5_ OCORRÊNCIAS DE “PRODUÇÃO POLICIAL” REGISTRADAS NOS TERRITÓRIOS DE 36 UPPs - 2007/2014 (NÚMERO-ÍNDICE: 2007=100)



de aproximá-los ao menos de alguns segmentos da população;¹⁸ de outro, mini-Bopes e mini-Choques, cujas atuação, atitude e ideologia parecem destinadas a promover o movimento oposto, de distanciamento e tensionamento das relações entre polícia e população.

Essa imagem, porém, pode resultar algo simplista. Como mostram as Tabelas 1 e 2, a seguir, existem de fato

diferenças enormes entre as atividades dos que atuam em GTPPs e dos que trabalham a maior parte do tempo em outros tipos de serviço, especialmente quanto à frequência de abordagens, registros de ocorrência, prisões e apreensões.¹⁹ Mas também há uma surpreendente convergência no que se refere a práticas genéricas de aproximação com moradores, levantamento de

TABELA 1_ ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM MUITA FREQUÊNCIA, SEGUNDO TIPO DE TRABALHO REALIZADO NA MAIOR PARTE DO TEMPO PELOS POLICIAIS (% DE ENTREVISTADOS)

	GTPP	OUTROS TIPOS DE TRABALHO
ABORDAGEM E REVISTA DE SUSPEITOS	95,0	45,6
REGISTROS DE OCORRÊNCIA EM DELEGACIAS	71,2	21,3
PRISÕES E APREENSÕES	71,0	17,1
RECEBIMENTO DE QUEIXAS	31,8	28,6
PRÁTICAS DE APROXIMAÇÃO COM OS MORADORES	26,0	25,8
LEVANTAMENTO DE PROBLEMAS	22,7	18,9
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	15,7	13,7
ATIVIDADES COM CRIANÇAS, JOVENS OU IDOSOS	3,3	9,5
PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES NA COMUNIDADE	1,4	6,4

TABELA 2_ OCORRÊNCIAS DE QUE OS POLICIAIS PARTICIPARAM PELO MENOS UMA VEZ NOS TRÊS MESES ANTES DA PESQUISA, SEGUNDO TIPO DE TRABALHO POR ELES REALIZADO A MAIOR PARTE DO TEMPO (% DE ENTREVISTADOS)

	GTPP	OUTROS TIPOS DE TRABALHO
APREENSÃO DE DROGAS	80,3	33,2
APREENSÃO DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE INFRATOR	67,4	24,6
OCORRÊNCIA COM DISPARO DE ARMA DE FOGO	52,9	25,1
USO DE ARMA DE FOGO PELO(A) POLICIAL	33,2	13,7
APREENSÃO DE ARMA(S) DE FOGO	23,9	5,7
USO DE ARMAMENTO "MENOS LETAL"	22,1	11,1

problemas e até mediação de conflitos. Em outras palavras, trabalhar a maior parte do tempo em GTPP *não* exclui necessariamente o envolvimento em algumas estratégias de proximidade.²⁰ São bem poucos, é verdade, os policiais dos mini-Bopes com essa característica “híbrida”, mas, como se viu, são poucos também os do restante da tropa que realizam esforços frequentes de aproximação com os moradores, pelo menos até onde as categorias da nossa pesquisa permitem observar.

A impressão que se tem, a partir dos resultados expostos nesta seção e também da leitura de outros trabalhos recentes sobre UPPs, é não só de recuo como de persistência de uma grande confusão e indefinição em torno do que signifique “policiamento de proximidade”.²¹ Apresentado desde o início como pedra angular do programa de “pacificação”, esse tipo de policiamento, em 2014, quase sete anos após a inauguração da primeira UPP, ainda carecia de formalização doutrinária e metodológica, de uma padronização mínima entre as unidades, de institucionalização dos canais de interlocução entre policiais e moradores, de mecanismos de *accountability* (controle, monitoramento, avaliação) e, como já visto, de conteúdos e métodos de ensino adequados ao “novo paradigma” de polícia que se pretendia implementar nas favelas.²²

É um dos idealizadores e primeiro coordenador das UPPs quem ressalta o contraste entre o baixo investimento na sistematização da “proximidade” e o minucioso planejamento das etapas anteriores de “recuperação” e “estabilização” dos territórios ocupados pela polícia:

Apesar de todo esse detalhamento sobre os preparativos do ambiente para a chegada da UPP em suas primeiras fases, o plano em nenhum momento detalha o que é ou como se deva fazer a “proximidade”. Trata-se, portanto, basicamente de uma ocupação militar, já que é nítida sua maior preocupação com as fases iniciais (I e II) em detrimento das últimas. Essa lacuna, que deveria ter sido preenchida pelo Instituto de Segurança Pública – ISP – por meio de um “Programa de Polícia Pacificadora”, como previa o decreto que estruturou a UPP, encontra-se até hoje aberta (Rodrigues 2014: 76).

No início, diz o autor, a lacuna pode ter favorecido em alguma medida o processo,

porque lhe deu certa plasticidade prática, deixando-o aberto à construção cotidiana por atores que normalmente não participariam no caso de uma construção formal, como lideranças locais e policiais. No entanto, hoje, com a ampliação do programa, ela soa mais como ameaça que como oportunidade para o seu gerenciamento estratégico. Assim ela tem sido preenchida por um amplo referencial de fazeres que vai do “tiro-porrada-e-bomba”, expressão usada para se referir às operações policiais baseadas na lógica da guerra, até a uma cosmética e nada instrumental “polícia boazinha”, que vê na UPP a oportunidade de melhorar a imagem da polícia. É provável que os problemas por que passam atualmente as UPPs, sobretudo nos casos de desvios e uso arbitrário da força, tenham a ver com esse possível descontrole gerencial (*idem*: 79).

Algum tempo após a implementação, ainda experimental, das primeiras unidades, esperava-se um esforço concentrado de avaliação, de organização do conhecimento prático

“

A IMPRESSÃO QUE SE TEM É NÃO SÓ DE **RECUE** COMO DE **PERSISTÊNCIA** DE UMA GRANDE CONFUSÃO E INDEFINIÇÃO EM TORNO DO QUE SIGNIFIQUE ‘POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE’”

adquirido e de elaboração de diretrizes para a replicação e o gerenciamento do programa nas outras favelas. Mesmo que devessem persistir graus de flexibilidade, dadas as enormes diferenças nos ambientes de atuação do novo policiamento, era imprescindível que essa sistematização avançasse antes que o vertiginoso crescimento do número de UPPs e de policiais deixasse escapar do controle um dos pilares centrais do programa: a substituição da truculência, do desrespeito e da “guerra” pelo diálogo com a população das favelas. Na verdade, em 2012, o ISP chegou a contratar a consultoria de universidades e institutos de pesquisa para o detalhamento do “Programa de Polícia Pacificadora”, mas só em 2015 o processo de formalização e institucionalização das UPPs parece estar sendo retomado (cf. Albernaz e Mazzurana 2015).

Tal como as mudanças introduzidas no curso de formação, mencionadas mais acima, essa retomada é sem dúvida auspiciosa. Vale torcer para que sua aplicação efetiva não chegue tarde demais e para que ainda seja possível recobrar controle sobre o espaço que ficou tanto tempo aberto à interpretação e ao exercício informais da “proximidade”. Por ora, esse espaço mais parece um saco de gatos, onde cabem desde a pura e simples presença no território até estratégias mais profissionalizadas de aproximação, como a dos policiais-mediadores (Mourão 2014, 2015a),²³ passando por iniciativas diversas dos chamados “policiais sociais” (Teixeira 2015); por promoção de festas, eventos e passeios,²⁴ e por muito trabalho administrativo.²⁵ Nele cabem também a regulação autoritária de atividades econômicas e de lazer nas favelas (Cano, Borges e Ribeiro 2014: 172; Soares 2015: 230-1); um frenesi

de abordagens e apreensões de drogas; a circulação de mini-Bopes à caça de mini-trafficantes (Esperança 2014) e até a “aproximação predatória” (Rodrigues 2014: 81), traduzida nas velhas práticas de privatização de informações, corrupção, abuso de poder e violência.

Na borda desse espaço, como se verá, existe ainda uma faixa de policiais com atitudes de indiferença ou descrença, quando não de repulsa, a qualquer espécie de aproximação com os moradores. A frase “proximidade é o cacete!”, ouvida de um policial de UPP por Vinicius Esperança (2014: 146), soa, assim, como eco perfeito à locução “UPP é o caralho!” brandida por moradores refratários a qualquer tipo de aproximação com a polícia.

“INTRUSO, MALTRATADO E ODIADO”: TENSÕES EM ALTA NA RELAÇÃO POLÍCIA/COMUNIDADE

Se o policiamento de proximidade foi pensado como “estratégia de construção partilhada de legitimidade entre os policiais e destes com os cidadãos” (Muniz e Mello 2015: 52), não surpreende que aos tropeços da “proximidade” correspondam sinais de crescente deterioração das condições do convívio e dos graus de aceitação da presença policial por parte dos moradores de favelas com UPP. Mais uma vez, é necessário sublinhar duas limitações da nossa pesquisa que impõem ressalvas à análise: (1) a impossibilidade de desagregar espacialmente os resultados, logo de captar diferenças entre as localidades e dentro delas; (2) o fato de o *survey* ter colhido apenas percepções e opiniões dos policiais, registrando, portanto, o que eles pensam que os moradores pensam deles, não necessariamente o que os moradores de fato

pensam. Falta ainda um levantamento-espelho, com perguntas aos residentes análogas às respondidas pelos policiais, capazes de identificar convergências e divergências entre essas percepções, que são, por definição, afetivas e subjetivas.²⁶

De todo modo, ainda que genéricos e unilaterais, extraem-se indícios de deterioração do ambiente nas UPPs comparando-se, ao longo dos três surveys, as respostas sobre sentimentos que os policiais percebem na população. Como mostra o Gráfico 6, há uma progressiva e expressiva queda da percepção de sentimentos favoráveis (simpatia, admiração, respeito, aceitação) e um aumento da sensação de que prevalecem a hostilidade, a resistência, o medo, a desconfiança e a rejeição.

Impressiona não só o crescimento da parcela que se percebe malquista pela comunidade, mas também a ênfase

com que foram verbalizados os sentimentos hostis na última rodada da pesquisa. A pergunta do questionário trazia sete opções fechadas, entre elas “raiva”, e um campo aberto para “outros sentimentos”.²⁷ Mais de ¼ (27,3%) das respostas foram “raiva”, mas em outras 9%, os entrevistados não se contentaram com esse termo, talvez por considerá-lo muito leve ou pouco específico, e fizeram questão de carregar nas tintas, utilizando o campo aberto para descrever melhor o que achavam que a maioria da população sentia por eles: “ódio”, “ódio fatal”, “nojo”, “asco”, “aversão”, “repulsa”, “repugnância”, “ojeriza”, “rancor”, “revolta”, “rejeição”, “desprezo”, “desdém” e assim por diante. Um dos entrevistados resumiu esse dramático rol de sentimentos adversos com a frase “eles nos detestam!”, que tomamos emprestada para o título deste artigo. E, em resposta à pergunta sobre



HÁ UMA PROGRESSIVA E EXPRESSIVA QUEDA DA PERCEPÇÃO DE SENTIMENTOS FAVORÁVEIS E UM AUMENTO DA SENSÇÃO DE QUE PREVALECEM A HOSTILIDADE, A RESISTÊNCIA, O MEDO, A DESCONFIANÇA E A REJEIÇÃO”

GRÁFICO 6 SENTIMENTOS QUE, SEGUNDO OS POLICIAIS, A MAIORIA DA POPULAÇÃO DEMONSTRA EM RELAÇÃO A ELES (% DE RESPOSTAS)

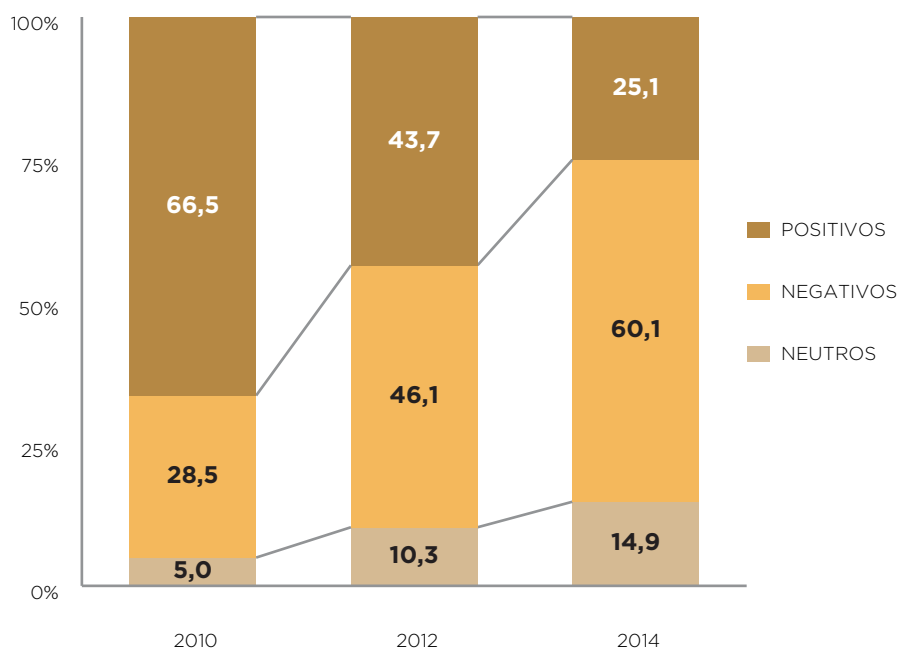
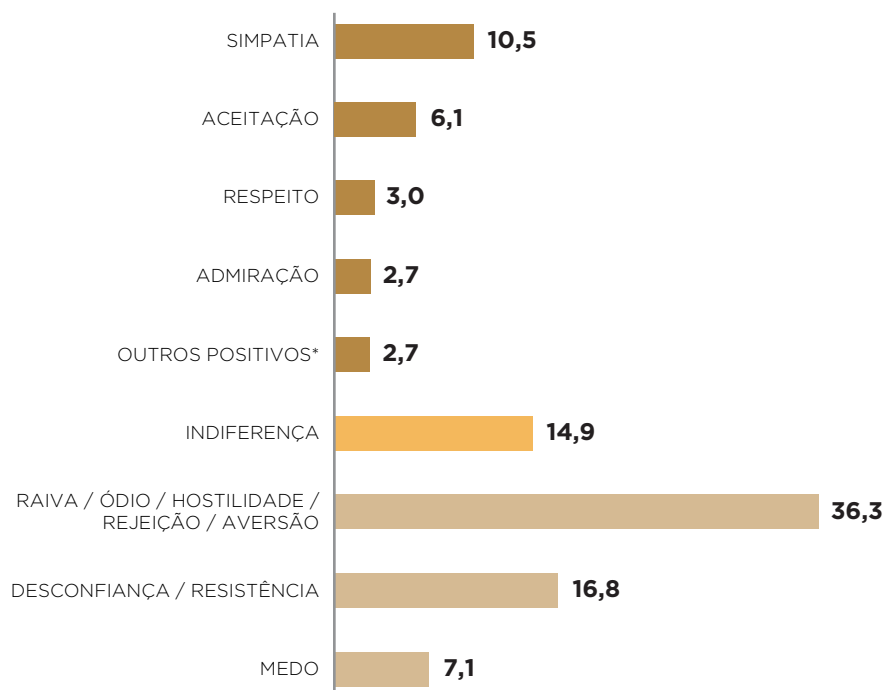


GRÁFICO 7_ SENTIMENTOS QUE, SEGUNDO OS POLICIAIS, A MAIORIA DA POPULAÇÃO DEMONSTRA EM RELAÇÃO A ELES (% DE RESPOSTAS)



(*) ESPERANÇA, CONFIANÇA, FELICIDADE, SEGURANÇA, GRATIDÃO.

motivos de insatisfação com o trabalho em UPP, que será comentada mais adiante, outro policial disse que, além de “intruso”, sentia-se “maltratado e odiado” pela maioria da população.

O Gráfico 7, acima, desagrega em alguns blocos de respostas os sentimentos positivos, negativos e neutros com que os policiais de UPP se veem tratados pelos moradores locais, segundo os resultados da última pesquisa. Nunca é demais lembrar que esses resultados dizem respeito ao conjunto das UPPs e possivelmente ocultam grandes diferenças entre as 36 localidades, assim como variações significativas dentro de cada uma delas.

À pergunta sobre a pior coisa de se trabalhar em UPP, o grupo mais frequente de respostas (28,1%)

mencionava relação ruim com os moradores, enquanto só 9,2% referiram-se a boas relações com moradores como a *melhor* coisa do trabalho em UPP.²⁸ Além de percepções e opiniões, algumas experiências vividas pelos policiais reforçam a impressão de um ambiente muito hostil em boa parte dos territórios ocupados. Nota-se na Tabela 3 que, nos últimos três meses antes do survey, 55,8% dos entrevistados haviam sido alvo pelo menos uma vez de algum objeto arremessado por moradores; 61,8% não haviam obtido resposta a um cumprimento; 63% haviam-se sentido desrespeitados e 65,8% haviam sido xingados em pelo menos uma ocasião. Só 3,7%, no entanto, disseram que algum(a) morador(a) prestara queixa contra eles durante esses três meses.

TABELA 3_ **FREQUÊNCIA COM QUE OS POLICIAIS DIZEM TER SOFRIDO, NOS TRÊS MESES ANTES DA PESQUISA, MANIFESTAÇÕES DE HOSTILIDADE POR PARTE DE MORADORES (% DE ENTREVISTADOS)**

	NENHUMA VEZ	UMA VEZ	ALGUMAS VEZES	MUITAS VEZES
MORADORES ARREMESSARAM ALGUM OBJETO CONTRA O(A) POLICIAL	44,2	8,4	22,7	24,7
POLICIAL FOI XINGADO(A) POR MORADORES	34,2	5,8	23,3	36,7
POLICIAL FOI DESRESPEITADO(A) POR MORADORES	37,0	6,7	23,4	32,9
MORADORES NÃO RESPONDERAM AO CUMPRIMENTO DO(A) POLICIAL	38,2	4,0	24,1	33,7
MORADORES DERAM QUEIXA CONTRA O(A) POLICIAL	96,3	2,0	0,9	0,8

Reações análogas por parte de habitantes das favelas – arremesso de objetos e insultos – foram relatadas em pesquisas qualitativas no começo da instalação das UPPs e associadas à resistência ou desconfiança inicial dos moradores em relação à presença contínua da polícia nas comunidades (Cano, Borges e Ribeiro 2014: 181; Menezes 2014: 671).²⁹ Esperava-se que, com o correr do tempo, à medida que a convivência e a proximidade produzissem seus efeitos humanizadores, essas manifestações hostis tendessem a decrescer – o que, de fato, parece ter acontecido em algumas UPPs mais antigas, pelo menos até poucos anos atrás.³⁰ Mas não só a tensão se manteve alta em outras localidades como, recentemente, parte das favelas onde a “pacificação” parecia razoavelmente consolidada voltou a apresentar níveis elevados de tensão e desconfiança – situação que o Gráfico 6, acima, em certa medida traduz e que se confirma em pesquisas qualitativas realizadas nos últimos dois anos (Menezes 2014; Esperança 2014; Soares 2015).

O discurso de alguns policiais e às vezes também de moradores tende a associar esse aumento de tensões ao “retorno do tráfico” e à volta dos confrontos armados em várias favelas com UPP, tanto as de ocupação recente

quanto algumas das mais antigas. Temerosos com as consequências do reempoderamento dos traficantes e preocupados em não se identificar como “amigos da polícia”, os moradores teriam passado com mais frequência a evitar o contato ou mesmo a manifestar despreço e hostilidade contra os policiais. Discutiremos mais à frente o tema do “retorno” e a interpretação que tende a creditar-lhe inteiramente os tropeços do policiamento de proximidade. Cabe ressaltar por ora que, segundo observações etnográficas feitas em 2013 e 2014, os conflitos entre polícia e população despontam em contextos e por motivos diversos, não redutíveis à equação simplista *hostilidade à polícia = vínculos com o tráfico*:

Quando os policiais recorriam ao capital da força física para realizar prisões e apreensões, os moradores, muitas vezes, praticavam atos de agressão aos policiais, estimulados por conflitos decorrentes de abordagens policiais, tentativas de prisões, interrupções de festas. Foram incontáveis os relatos de policiais que receberam pedradas e até gavetadas [sic] de moradores revoltados. Na favela da zona Norte, um policial retornou à base com a cabeça aberta atingida pelas pedras. Na favela da zona Sul, até crianças se engajavam nas ações: “Eu fiquei muito surpreso,



OS CONFLITOS ENTRE POLÍCIA E POPULAÇÃO DESPONTAM EM CONTEXTOS E POR MOTIVOS DIVERSOS, **NÃO REDUTÍVEIS À EQUAÇÃO SIMPLISTA HOSTILIDADE À POLÍCIA = VÍNCULOS COM O TRÁFICO**”

para não dizer bem apavorado, no dia que eu vi um policial fazendo uma prisão por tráfico de drogas, e crianças jogando pedras no policial que estava na ocorrência.” (Representante da UPP 3, Favela da zona Sul). (Soares 2015: 165)

Outra pesquisa, realizada na UPP Nova Brasília em 2013 – antes do recrudescimento dos tiroteios no local –, identificou nexos entre manifestações de hostilidade e ocorrência de abusos policiais, especialmente durante abordagens e prisões. Segundo o autor, um “acordo de cavalheiros” estipulava que ninguém atiraria nos policiais, caso contrário o temido Bope seria acionado; em contrapartida, os agentes da UPP não “esculachariam” as pessoas revistadas ou presas. À quebra dessa contrapartida seguiam-se pichações contra os policiais “esculachadores” e, por vezes, tumultos, pedradas, garrafadas ou até revides armados (Esperança 2014:137, 142). Um terceiro estudo etnográfico, feito nas duas UPPs mais antigas (Santa Marta e Cidade de Deus), captou um adensamento desde 2012 e sobretudo em 2014 dos “rumores” quanto à volta não só da circulação de traficantes armados, mas também da violência e da corrupção policiais (Menezes 2014: 676-7).

Tudo indica, assim, que – para além da presença do tráfico e suas possíveis influências nas atitudes dos moradores – há fontes de conflitos desencadeadas por modos tradicionais de atuação da polícia que contrariam a promessa de um “policiamento de proximidade”,

ou pelo menos da redução das práticas repressivas, frequentemente abusivas e violentas, no trato com a população das favelas. Não deve ser por acaso que, no último *survey* do CESeC, os policiais dos GTPPs disseram-se vítimas de agressões em proporção significativamente mais alta que as dos agentes ocupados em outros tipos de serviços (embora estas também sejam altas – ver Tabela 4, abaixo).³¹ Tampouco deve ser por acaso que os policiais-mediadores identificados na amostra registraram muito menos agressões e muito menos percepções de sentimentos hostis do que o conjunto dos policiais entrevistados (cf. Mourão 2015a). Ainda que de forma esquemática, pode-se dizer que esses dois grupos encarnam, respectivamente, o mínimo e o máximo de uma postura de aproximação e diálogo com os moradores. Se isso é verdade, a fórmula *mais proximidade = menos conflito* parece fazer sentido na prática, não apenas na teoria inspiradora do projeto original das UPPs. Mas, ao que tudo indica, é a fórmula inversa que está prevalecendo nas áreas ditas “pacificadas”, como reconhece um membro da cúpula da PMERJ ao tentar explicar a crise atual do programa:

Vários fatores começaram a ser desvirtuados na hora de desenvolver estratégia no resgate da confiança da população. Foram criados Grupos de Apoio Tático, de cunho repressivo. Repressão e aproximação, como queremos na UPP, são incompatíveis.³²

TABELA 4_FREQUÊNCIA COM QUE OS POLICIAIS DIZEM TER SOFRIDO, NOS TRÊS MESES ANTES DA PESQUISA, MANIFESTAÇÕES DE HOSTILIDADE POR PARTE DE MORADORES, SEGUNDO TIPO DE TRABALHO REALIZADO NA MAIOR PARTE DO TEMPO (% DE ENTREVISTADOS)

	GTPP	OUTROS TIPOS DE TRABALHO
MORADORES ARREMESSARAM ALGUM OBJETO CONTRA O(A) POLICIAL	78,7	49,3
POLICIAL FOI XINGADO(A) POR MORADORES	85,7	60,2
POLICIAL FOI DESRESPEITADO(A) POR MORADORES	83,6	57,2
MORADORES NÃO RESPONDERAM AO CUMPRIMENTO DO(A) POLICIAL	79,7	56,9

CONDIÇÕES DE (IN)SEGURANÇA: REVANCHE DO TRÁFICO OU RETOMADA DA GUERRA PARTICULAR?

Em 23/07/2012, morria a policial militar Fabiana Aparecida de Souza, de 30 anos, vítima de um ataque armado à UPP Nova Brasília, no Complexo do Alemão. Foi a primeira morte de policial em serviço nos territórios “pacificados”. De lá para cá, mais de 150 policiais de UPP foram baleados e mais de 20, mortos em serviço.³³ Essa vitimização é geralmente atribuída a confrontos com traficantes de drogas.

De janeiro a maio de 2015, segundo a PMERJ, ocorreram nas UPPs quase 500 episódios definidos como “confrontos”, em média cerca de cem por mês.³⁴ Só duas unidades – Fé/Sereno e Santa Marta – não registraram nenhum episódio e apenas outras nove foram classificadas como “verdes” por registrarem, cada uma, menos de cinco episódios nesse período.³⁵ As demais 24 incluídas na nossa pesquisa teriam sido palco de um número maior de ocorrências do gênero, variando de 7 a 13 nas “amarelas”³⁶ e de 14 a 49 nas “vermelhas”.³⁷ Nova Brasília deteria o

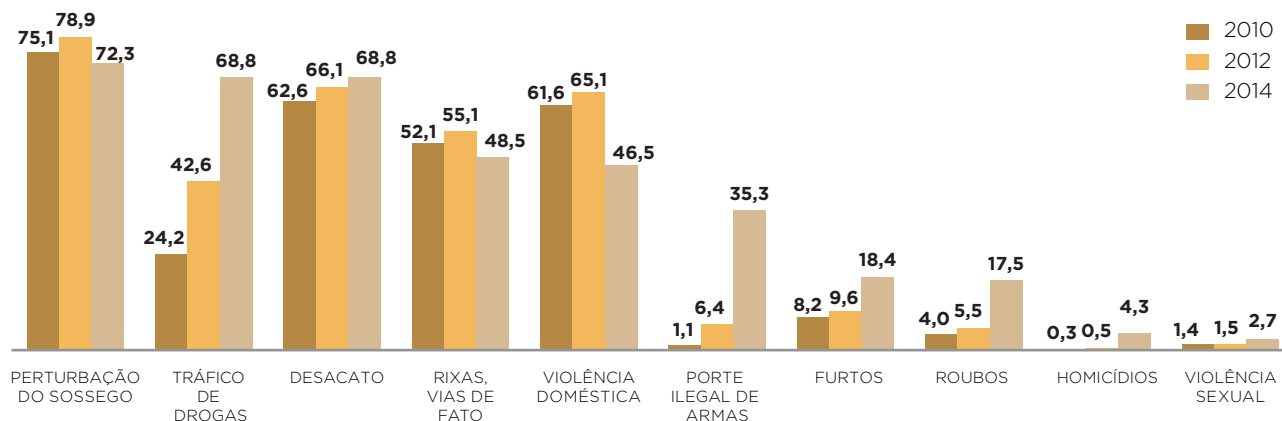
recorde, com 49 “confrontos”, seguida por Alemão (41), Rocinha (31), Vila Cruzeiro (31) e Cidade de Deus (26).

A tentativa de verificar possíveis nexos entre alguns dados do nosso survey e a incidência desses episódios nas UPPs, por meio de cruzamentos com os grupos que a PM classifica de “vermelho”, “amarelo” e “verde”, produziu correlações estatisticamente significantes, mas quase sempre fracas. Talvez a defasagem temporal entre as informações da PM e as do CEsC, considerando-se as rápidas mudanças na geografia dos “confrontos”, tenha influenciado negativamente a robustez desses cruzamentos.³⁸ Outro problema talvez tenha sido a agregação das UPPs por intervalos muito desiguais. De qualquer modo, se utilizados com cautela, apenas como indicações, não como evidência estatística, alguns resultados podem servir de subsídios ao debate sobre a crise atual da chamada “pacificação”.

Note-se inicialmente que, entre os surveys de 2012 e 2014, aumentou de forma expressiva a parcela de policiais que considera serem *muito frequentes* nas UPPs as ocorrências de tráfico de drogas e de porte ilegal de armas



AUMENTOU DE FORMA EXPRESSIVA A PARCELA DE POLICIAIS QUE CONSIDERA SEREM **MUITO FREQUENTES** NAS UPPs AS OCORRÊNCIAS DE TRÁFICO DE DROGAS E DE PORTE ILEGAL DE ARMAS”

GRÁFICO 8_ Ocorrências que os policiais consideram muito frequentes nas UPPs (% de entrevistados)


(Gráfico 8).³⁹ A percepção de que há roubos e furtos frequentes também cresceu, ao passo que a de violência doméstica decresceu e a de outras ocorrências – perturbação do sossego, desacato e rixas – teve pequenas variações para mais ou para menos entre as duas últimas pesquisas.

Algumas dessas percepções apresentam correlação estatisticamente significativa, ainda que fraca, com as faixas de incidência de confrontos armados definidas pela PM, como se vê na Tabela 5. As UPPs “verdes” tendem

a apresentar percentuais menores de policiais que consideram muito frequentes as ocorrências listadas, com especial destaque para o porte ilegal de armas e o tráfico de drogas, em que as diferenças entre aquelas unidades e as “vermelhas” são particularmente grandes e os coeficientes de correlação são superiores aos obtidos para as demais ocorrências.

A sensação de segurança dos policiais, como seria de esperar, também varia nesses três conjuntos de unidades, sendo significativamente mais alta nas

TABELA 5_ Ocorrências que os policiais consideram muito frequentes, segundo classificação das UPPs por quantidade de confrontos registrados pela PM de Janeiro a Maio de 2015 (% de entrevistados)

	VERMELHAS (14 A 49)	AMARELAS (7 A 13)	VERDES (0 A 6)	TODAS AS UPPs
TRÁFICO DE DROGAS	81,9	66,7	48,3	68,8
PORTE ILEGAL DE ARMAS	54,4	29,6	8,4	35,3
DESACATO	76,7	67,0	56,8	68,7
ROUBO	23,2	14,9	10,6	17,5
POSSE E USO DE DROGAS	89,4	85,6	73,9	84,4

TABELA 6_ SENSÇÃO DE SEGURANÇA DOS POLICIAIS, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DAS UPPs POR QUANTIDADE DE CONFRONTOS REGISTRADOS DE JANEIRO A MAIO DE 2015 (% DE ENTREVISTADOS)

	VERMELHAS (14 A 49)	AMARELAS (7 A 13)	VERDES (0 A 6)	TODAS AS UPPs
MUITO SEGURO(A)	0,8	2,0	5,5	2,4
SEGURO(A)	17,9	20,5	37,0	23,5
NEM SEGURO(A) NEM INSEGURO(A)	29,3	32,0	35,6	31,7
INSEGURO(A)	34,5	32,3	18,4	29,8
MUITO INSEGURO(A)	17,5	13,1	3,5	12,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

UPPs “verdes” do que nas demais (Tabela 6). Já a diferença entre “vermelhas” e “amarelas” não é expressiva, levando-se em conta a margem de erro da pesquisa. Observe-se que, no conjunto, uma proporção bastante alta (42,4%) dos entrevistados de 2014 sentia-se insegura ou muito insegura trabalhando em UPP.⁴⁰

Verificaram-se também relações significativas entre os agrupamentos de UPPs segundo número de confrontos e algumas experiências dos entrevistados no nosso survey; em particular, a de ter visto pelo menos uma vez, nos últimos três meses, indivíduo(s) não policial(is)

portando armas na comunidade (Tabela 7).⁴¹ Esses resultados, apenas indicativos, mostram parcelas mais baixas nas unidades “verdes” de agentes que dizem ter visto armas em outras mãos que não as da polícia. E também apontam para alguma relação, embora tênue, entre menor incidência de confrontos e menos manifestações de hostilidade dos moradores contra os policiais, reiterada pela percepção de sentimentos negativos da população numa faixa bem maior das unidades “vermelhas” (70,1%) do que nas dos agentes alocados em unidades “verdes” (44%).

TABELA 7_ EXPERIÊNCIAS VIVIDAS PELOS POLICIAIS AO MENOS UMA VEZ NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES ANTES DA PESQUISA, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DAS UPPs POR QUANTIDADE DE CONFRONTOS REGISTRADOS DE JANEIRO A MAIO DE 2015 (% DE ENTREVISTADOS)

	VERMELHAS (14 A 49)	AMARELAS (7 A 13)	VERDES (0 A 6)	TODAS AS UPPs
VIU INDIVÍDUO ARMADO NA COMUNIDADE	48,6	29,8	10,7	33,4
VIU GRUPO ARMADO NA COMUNIDADE	37,3	20,0	5,2	24,0
PARTICIPOU DE OCORRÊNCIA COM DISPARO DE ARMA DE FOGO	44,1	28,0	11,9	31,2
MORADORES ARREMESSARAM OBJETO CONTRA O(A) POLICIAL	56,7	63,5	44,7	55,8
POLICIAL FOI XINGADO(A) POR MORADORES	70,5	67,8	54,9	65,8
POLICIAL FOI DESRESPEITADO(A) POR MORADORES	65,7	68,3	51,6	63,0
MORADORES NÃO RESPONDERAM AO CUMPRIMENTO DO(A) POLICIAL	64,9	65,2	52,2	61,8

Tais indicações, contudo, não permitem endossar o discurso que relaciona univocamente a presença de traficantes armados e a rejeição de parte dos moradores à UPP, como sugerem algumas respostas de policiais a perguntas abertas do nosso questionário e entrevistas colhidas em outras pesquisas. Trata-se de estratégia argumentativa posta em jogo para tentar explicar a crise da “pacificação” com base numa lógica maniqueísta, reforçadora ao mesmo tempo da retórica da “guerra” e dos clássicos estereótipos sobre a população de favelas.⁴² Como realça Soares (2015: 135), em estudo sobre duas comunidades com UPP,

Seus argumentos [dos policiais entrevistados] revelam um posicionamento da UPP como a figura do bem que resgatou a favela das mãos do tráfico. Os pressupostos que sustentam sua argumentação são claros: todo aquele que se opõe às boas ações da UPP possui ou possuiu alguma relação com o tráfico; ou aqueles que não apóiam a UPP apóiam os bandidos. Há quase uma obrigação de apoiar a UPP para que se possa qualificar enquanto uma pessoa de “bem”. O trabalho da UPP na favela consiste também em uma disputa entre bem e mal.

Não há como negar, por outro lado, o agravamento recente do cenário da segurança em boa parte das comunidades ditas “pacificadas”, que se expressa de modo mais claro pelo aumento dos tiroteios, das mortes de policiais e dos homicídios cometidos pela polícia. Já nos referimos ao número de PMs baleados e mortos em serviço desde 2012. Cabe acrescentar que esse é também o momento em que aumentam nas UPPs os homicídios decorrentes de intervenção policial (“autos de resistência”), depois

de quatro anos em queda. E que, apesar de um recuo em 2013, eles sobem novamente em 2014, a uma taxa maior nos territórios “pacificados” (17,6%) do que no resto da cidade do Rio (9,2%).⁴³

Estudos etnográficos recentes com policiais e/ou moradores dão conta de uma presença mais ostensiva do tráfico armado nesses territórios, mas enfatizam que, mesmo nos de ocupação mais antiga, nunca deixou de existir domínio dos traficantes sobre determinadas regiões, geralmente as mais altas ou mais afastadas do centro das comunidades. Ainda que enfraquecido pela presença da UPP, manteve-se, assim, em várias favelas, o poder desses grupos de controlar porções do território, de impor certas regras aos moradores e de puní-los pela proximidade com os policiais.⁴⁴

Segundo Vanessa Soares, que pesquisou duas UPPs relativamente antigas, uma da Zona Norte, outra da Zona Sul da cidade, em ambas a

legitimidade do uso da violência parece não estar plenamente estabelecida para nenhum dos polos desta disputa. Tanto os policiais das UPPs quanto os traficantes parecem ser questionados em alguns momentos, os primeiros quando são agredidos e os segundos quando são denunciados pelos moradores. Mas, em alguns momentos, ambos encontram obediência nos moradores, o que implica a ambiguidade de leis que marca a favela “pacificada” (Soares 2015: 166).

À medida que a disputa territorial se acirra, a tendência dos moradores é manter-se distantes dos policiais, temendo ser identificados como X-9 (informantes) e sofrer retaliações: “conforme o clima de conflito com o tráfico esquentava, as relações entre UPP e moradores esfriavam na mesma proporção” (*idem*: 171). Mas outro fator

importante para entender esse afastamento, sugere a autora referindo-se à unidade da Zona Sul, é o baixo “capital social” acumulado pela UPP, não obstante seus vários anos de existência. Vale dizer, os fracos vínculos de proximidade e cooperação estabelecidos com os moradores, em boa parte como decorrência da regulação autoritária de atividades; das abordagens frequentes e não raro truculentas; do desinteresse dos policiais pelo cotidiano da comunidade e por informações locais que não dissessem respeito a crimes, levando-os, inclusive, a cometer sucessivas gafes, até mesmo em relação aos nomes das favelas abrangidas (*idem*: 177-80). Que essa postura não é exclusiva da comunidade em foco parecem mostrar os resultados, já comentados, do nosso último *survey*, apontando uma fraca presença de atividades identificáveis ao “policimento de proximidade” no conjunto das UPPs e uma prevalência daquelas associadas ao policiamento ostensivo tradicional, muito pouco favoráveis à construção de “capital social” ou à redução de tensões e conflitos entre polícia e população.

Também contribui para a perda de legitimidade das UPPs o próprio

recrudescimento dos tiroteios. Com efeito, se os principais motivos de apoio dos moradores à ocupação policial são a redução dos tiros, a diminuição do medo e a melhoria de vida daí decorrente, cada confronto em favela “pacificada” torna-se uma “denúncia de falência do programa” – tanto para a imagem externa, repercutida pela mídia, quanto para os próprios residentes da favela em questão (Soares 2015: 196). Novamente a observação etnográfica parece convergir com os dados do *survey*, embora, no nosso caso, trate-se de avaliação de legitimidade feita pelos policiais, não pelos moradores: como mostra a Tabela 8, as opiniões dos agentes de ponta sobre apoio dos habitantes à permanência da UPP tem alguma correlação com o número de confrontos armados registrados nas comunidades (Tabela 8).

Por sua vez, a pesquisa de Palloma Menezes nas UPPs Santa Marta e Cidade de Deus acrescenta outro componente a essa complexa relação entre reempoderamento do tráfico, baixa legitimidade da polícia e distanciamento ou hostilidade dos moradores: a “volta” da violência e da corrupção policiais. Segundo a autora,

TABELA 8_MORADORES QUEREM QUE A UPP CONTINUE? OPINIÕES DOS POLICIAIS, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DAS UPPs POR QUANTIDADE DE CONFRONTOS REGISTRADOS DE JANEIRO A MAIO DE 2015 (% DE ENTREVISTADOS)

	VERMELHAS (14 A 49)	AMARELAS (7 A 13)	VERDES (0 A 6)	TODAS AS UPPs
A MAIORIA QUER	26,2	25,6	48,3	31,6
PARTE QUER, PARTE NÃO	35,6	37,8	33,9	35,8
A MAIORIA NÃO QUER	38,3	36,5	17,7	32,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

a partir de 2011, e principalmente de 2012, especulações começaram a apontar para um novo fortalecimento dos traficantes. Começaram a surgir notícias de que a venda de drogas estava se intensificando novamente e de que bandidos estavam voltando a andar armados, de pistola, pelas favelas com UPP – sobretudo nos bailes. Em 2012, começou a se intensificar também a circulação de boatos sobre a “volta da corrupção” no Santa Marta e na Cidade de Deus. A percepção de que o projeto está “começando a entrar em crise” intensificou-se ainda mais entre 2013 e 2014. Além das inúmeras notícias de violência policial naqueles locais, que vêm multiplicando-se desde o desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo, também cresceram as falas sobre traficantes que estariam voltando a fazer uso da força na favela de modo cada vez menos cauteloso. Se antes os moradores da Cidade de Deus e do Santa Marta diziam que o uso da força pelos agentes do mercado ilegal de drogas parecia estar sendo mais “regulado” para não chamar atenção e evitar conflitos com a UPP, hoje os “bandidos” parecem já não ter mais medo de usar a força física naquelas comunidades (Menezes 2014: 676-7)

A corrosão da confiança dos moradores na UPP parece ligada, assim, não só ao fortalecimento dos traficantes como ao “retorno” das velhas práticas policiais ilegais e talvez ao nexo entre as duas coisas. Dessa perspectiva, o próprio aumento dos confrontos se explicaria menos por uma suposta revanche do tráfico contra a “pacificação” do que pela reedição da “guerra particular”, alimentadora de fontes ilícitas de renda para uma parcela de policiais. É o que sugere Robson Rodrigues, ex-coordenador do programa:

Alguns conflitos violentos entre policiais e criminosos indicam que, mesmo com a UPP, velhas práticas criminosas parecem ainda ocorrer por parte de policiais para quem a “guerra” é instrumento particularizado, mais que um fim em si mesmo. Nesse caso, não é a falta de formação específica ou de uma leitura adequada das estruturas locais que prejudicam o processo de aproximação, mas, ao contrário, é o aprendizado particularizado delas para a manutenção de negócios ilícitos que crescem com a imperfeição dos mecanismos formais de controle. Em algumas UPPs onde esses desvios puderam ser detectados, era nítida a estagnação, ou mesmo o retrocesso do projeto pelo descrédito gerado na população local, ainda que houvesse a prisão dos criminosos (Rodrigues 2014: 81).

Relacionados ou não, diretamente, à corrupção, os confrontos derivariam também de um novo reforço do viés bélico e repressivo, manifesto na crescente centralidade dos GTPPs (quando não na intervenção direta do Bope) em áreas “pacificadas”. Talvez aqui caiba, efetivamente, falar em *revanche* – reação da velha cultura policial à tentativa de implantação de um “novo paradigma” de policiamento em favelas, não mais assentado na lógica do confronto. Assim como o tráfico armado, mesmo encolhido, permaneceu atuante no interior das comunidades, a cultura da “guerra”, embora temporariamente submersa, manteve-se viva nos discursos e atitudes de boa parte dos policiais de UPP,⁴⁵ parecendo encontrar agora um espaço ampliado para manifestar-se mais abertamente.⁴⁶ E, por vezes, até à revelia dos comandos locais, como no exemplo relatado por Soares sobre a ação do GTPP numa favela da Zona Norte:



A CORROSÃO DA CONFIANÇA DOS MORADORES NA UPP PARECE LIGADA, NÃO SÓ AO FORTALECIMENTO DOS TRAFICANTES COMO AO “RETORNO” DAS VELHAS PRÁTICAS POLICIAIS ILEGAIS E TALVEZ AO NEXO ENTRE AS DUAS COISAS”

... para evitar os tiros, e a conseqüente deslegitimação daquela UPP, os policiais acabam perdendo regiões da favela para o tráfico, que passa a se concentrar, em geral, em regiões altas do morro, onde escondem seus armamentos e drogas. Quando isto acontece, alguns comandantes ordenam que se evite circular na região, pois a chegada de um policial no local pode resultar em uma troca de tiros, digna de capa de jornal, que a qualifica como falha no programa.

(...) Alguns policiais me contavam orgulhosos que suas guarnições eram chamadas de “bondes”, o que para eles significava que eles faziam um “trabalho sério”. O que entendiam por “trabalho sério” era o fato de que sua guarnição tendia a desobedecer às ordens do comandante e circular por regiões do morro onde era sabido ter uma maior concentração de traficantes armados, e por isso eram estas as guarnições com mais frequência envolvidas em confrontos (Soares 2015: 196-7; 288).

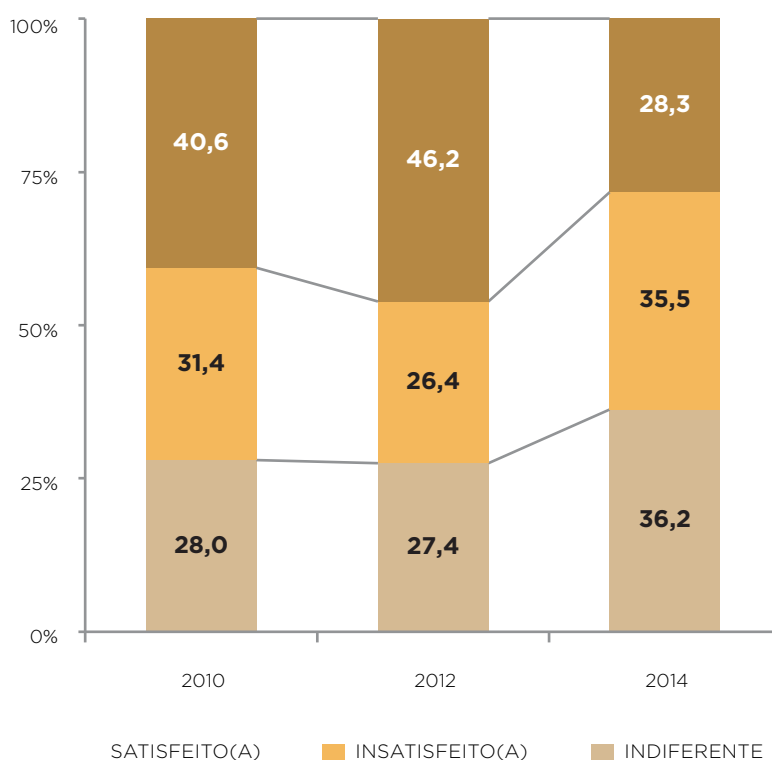
Baixa acumulação de capital social, abandono ou enfraquecimento do “policiamento de proximidade”, reforço das atividades e mentalidades repressivas, aumento da violência e da corrupção policiais, maior ostensividade do tráfico armado, retorno dos tiroteios e perda de legitimidade da UPP são, assim, alguns dos ingredientes da crise atualmente vivida pelo programa. Ingredientes a que se somam: (1) a frustração dos habitantes de favelas com mais uma das inúmeras promessas não cumpridas pelo poder público: a melhoria das condições urbanísticas, econômicas e sociais que supostamente acompanharia a ocupação policial;⁴⁷ (2) as incertezas (seja de moradores ou de policiais) quanto à permanência da UPP depois das Olimpíadas e, em

consequência, (3) o questionamento sobre os reais propósitos do programa e sobre quem seriam, afinal de contas, os seus reais beneficiários (cf. Soares 2015: 247-57).⁴⁸ Todos esses aspectos parecem interconectar-se fortemente e não podem ser reduzidos à visão simplista de um “retorno” do tráfico, desafiando uma suposta “pacificação”.⁴⁹

TROPA INSATISFEITA, MAS ACOMODADA?

A satisfação dos policiais de UPP, que havia aumentado ligeiramente entre 2010 e 2012, teve expressiva queda entre os dois últimos surveys, com o crescimento tanto da proporção de *insatisfeitos* quanto da parcela que se declara *indiferente* (ver Gráfico 9).

GRÁFICO 9_ COMO OS POLICIAIS SE SENTEM, A MAIOR PARTE DO TEMPO, TRABALHANDO EM UPP (% DE ENTREVISTADOS)



Para os que responderam estar *satisfeitos* em 2014, os três motivos mais frequentes da satisfação foram boas condições de trabalho (21,2% das respostas), gostar de trabalhar em UPP (20,3%) e acreditar no projeto/enxergar melhorias (14,6%). Os *insatisfeitos*, por sua vez, mencionaram em primeiro lugar condições de trabalho ruins (37%) e, em seguida (10,7%), aspectos negativos da relação com os moradores (hostilidade, rejeição, desrespeito, não-colaboração etc.).⁵⁰ No tocante às condições de trabalho, 12,1% dos motivos de *insatisfação* referiam-se à escala de serviço, enquanto nos *surveys* anteriores esse item aparecia frequentemente como razão para estar *satisfeito(a)*. Em 2014, diversos policiais *insatisfeitos* reclamaram de “ter de fazer escala extra nas folgas”, do “RAS compulsório”, do excesso de carga horária, da falta de tempo para a vida social e do descumprimento das regras de escala por parte dos comandantes. Já entre os *satisfeitos* que citaram como motivo boas condições de trabalho, o que prevaleceu foram referências à gratificação pecuniária, mas houve alguns elogios à escala “leve”, ao serviço de cinco dias na semana e à jornada “tranquila” – o que sugere que ao menos parte dos policiais felizes com a escala é composta por aqueles alocados no setor administrativo (alguns afirmam isso explicitamente).

Entre os *insatisfeitos* com as condições de trabalho, além da escala ruim e da jornada excessiva, o maior volume de respostas faz menção genérica a más condições e à falta de estrutura ou infraestrutura. Noutra pergunta (fechada), em que se pedia que avaliassem item a item algumas das condições de trabalho, os únicos quesitos considerados “bons” pela maioria dos policiais em 2014 foram a pontualidade da gratificação,⁵¹ o relacionamento com policiais de outros

setores da PM e a distância entre a UPP e o batalhão. Quanto aos demais (estado geral da sede; distância entre casa e trabalho; escala de serviço; uniforme; salários; local para alimentação; assistência psicológica; dormitórios; auxílio-transporte; banheiros e estacionamento), prevaleceram amplamente os qualificativos “ruim” e “regular”, variando tais avaliações de pouco menos de 70 a mais de 95% dos entrevistados, conforme o quesito em questão.

Apesar de 42,4% dos policiais terem-se declarado *inseguros* ou *muito inseguros* em trabalhar na UPP, o sentimento de insegurança apareceu em proporção relativamente pequena como causa da insatisfação (cerca de 7%) e ainda menor foi a parcela de respostas espontâneas mencionando segurança ou tranquilidade como motivo de satisfação (3,7%). Entretanto, o cruzamento direto entre as variáveis satisfação e segurança, feito com base em perguntas fechadas, mostra que existe correlação significativa, ainda que fraca, entre elas: 65,8% dos policiais *insatisfeitos*, disseram sentir-se *inseguros* ou *muito inseguros*, contra 23,9% dos *satisfeitos* e 34% dos *indiferentes*. Ademais, insegurança, risco de confronto ou proximidade com “suspeitos” foram mencionados em 20,8% das respostas (abertas) sobre a *pior coisa* de se trabalhar em UPP, enquanto segurança/tranquilidade apareceram em apenas 0,9% das respostas espontâneas sobre a *melhor coisa* desse trabalho.

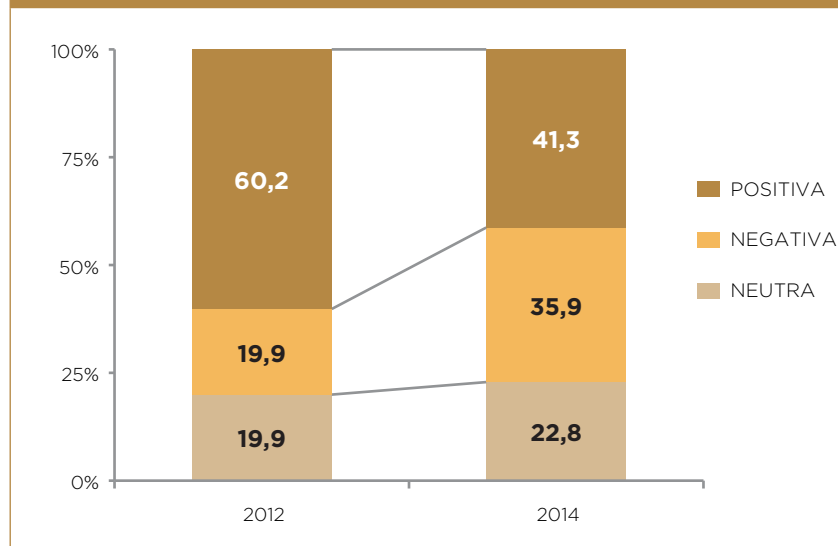
Existe ainda alguma correlação, mesmo tênue, entre *satisfação* e tipo de serviço realizado a maior parte do tempo pelos policiais, havendo proporções de *satisfeitos* bem superiores à média entre os que realizam trabalho administrativo (47,8%) ou desempenham “outros serviços” (39,1%).

Estes últimos correspondem a uma categoria aberta residual que englobou tarefas ligadas predominantemente à “proximidade”, como ronda escolar, ensino, Proerd (programa de prevenção ao uso de drogas), P5 (relações públicas), mediação de conflitos, desenvolvimento de projetos sociais etc., mas também, em menor proporção, trabalhos convencionais como condução de veículos, motopatrulha, guarda de armamento e outras. Curiosamente, a parcela de *satisfeitos* entre os que militam nos GTPPs (26,6%) não se diferencia muito da verificada no conjunto da tropa (28,4%).

Junto com o grau de satisfação, caiu de forma expressiva entre os dois últimos levantamentos a parcela de policiais que avaliam positivamente o programa UPP, tendo aumentado a faixa dos que expressam opinião negativa e variado pouco a dos que mantêm uma apreciação neutra (Gráfico 10). O nexos estatístico entre avaliação das UPPs e tipo de trabalho realizado é bastante fraco e tampouco há convergência significativa entre avaliação do programa e número de confrontos nas comunidades. Mais forte e óbvio parece ser o vínculo entre avaliação e satisfação: 77% dos policiais *satisfeitos* qualificaram positivamente o programa, ao passo que só 18% dos *insatisfeitos* expressaram essa opinião.

Os vários sinais de crise ecoados pela pesquisa e espelhados em trabalhos etnográficos – deterioração das condições de segurança, das relações com os moradores e do nível de satisfação dos agentes –, somados à persistência de péssimas condições de trabalho em diversas UPPs, levariam a esperar um grande aumento da proporção de policiais desejosos de sair do programa e trabalhar em outros setores da PM.

GRÁFICO 10. AVALIAÇÃO DOS POLICIAIS SOBRE AS UPPs (% DE ENTREVISTADOS)



Entretanto, praticamente não se alterou nos dois últimos surveys a parcela dos que prefeririam, caso tivessem escolha, estar em outro tipo de serviço que não UPP: 59,9% em 2012 e 58,9% em 2014. Continua sendo a maioria, mas, se se considera que no primeiro levantamento, em 2010, essa parcela era de 69,6%, parece ter ocorrido algum tipo de acomodação na qual mesmo parte dos policiais insatisfeitos ou pouco aderidos ao programa não veem tanta vantagem em sair dele. A análise de alguns cruzamentos e respostas abertas pode ajudar a entender melhor esse fenômeno à primeira vista paradoxal.

Existe, como é óbvio, uma relação entre estar ou não satisfeito(a) e desejo ou não de mudar de trabalho: 82,8% dos *insatisfeitos* querem sair de UPP e 70,8% dos *satisfeitos* querem ficar. Mas não só ambos os percentuais são inferiores a 100% como há ainda os *indiferentes* – nem satisfeitos, nem insatisfeitos – que se dividem entre a vontade de ficar (40,5%) e a de sair (59,5%). Também há relação, embora mais fraca, com o tipo de trabalho que os policiais

“ JUNTO COM O GRAU DE SATISFAÇÃO, CAIU DE FORMA EXPRESSIVA ENTRE OS DOIS ÚLTIMOS LEVANTAMENTOS A PARCELA DE POLICIAIS QUE **AVALIAM POSITIVAMENTE** O PROGRAMA UPP”

realizam a maior parte do tempo: entre os alocados em ponto fixo, o percentual dos que prefeririam trabalhar em outro setor da PM (71,5%) é bem superior à média (58,9%) e, entre os do serviço administrativo, é significativamente inferior (38%). A distância entre trabalho e local de moradia também parece ter certo peso: não só ela foi mencionada espontaneamente como justificativa para querer trabalhar em outro serviço (ver Gráfico 12, adiante), mas foram altas as percentagens dos que gostariam de sair entre os que avaliaram a distância casa/trabalho como “ruim” (73,1%) e entre os que disseram gastar mais de duas horas no deslocamento da residência até a UPP (81,5%). Segurança é outro fator correlacionado com a vontade ou não de sair: 78% dos que se sentem *muito inseguros* gostariam de ir para outro serviço e só 36% dos que se sentem *muito seguros* prefeririam sair do programa.

Ao lado dos nexos entre vontade de sair e condições de trabalho, de

segurança, ou conveniências pessoais, há uma parcela de entrevistados para quem querer trocar a UPP por outro serviço sugere preferência por formas tradicionais de policiamento. Note-se, inicialmente, que, caso pudessem optar por outro trabalho, mais de 90% escolheriam batalhão convencional (BPM) ou unidade especial, como Bope, BPCChoque e outras (Gráfico 11).

Esse resultado é bastante parecido com o de 2012 (Musumeci *et al.* 2015: 8).⁵² Mas de lá para cá *diminuiu* a proporção de justificativas que apontam claramente uma rejeição às UPPs, um repúdio ao trabalho em favela ou uma valorização das atividades e da imagem tradicionais de polícia – tais como “gosta mais/identifica-se mais” [com o outro tipo de serviço]; “teria mais aceitação/reconhecimento/respeito”; “ficaria longe da comunidade”; seria “mais polícia” ou “polícia de verdade”; “teria mais autonomia e liberdade para agir”; “não gosta de UPP” ou “não acredita no projeto” e “aprenderia mais”

GRÁFICO 11_ TIPO DE SERVIÇO EM QUE OS POLICIAIS PREFERIRIAM ESTAR TRABALHANDO (% DE RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS QUE GOSTARIAM DE SAIR DE UPP)

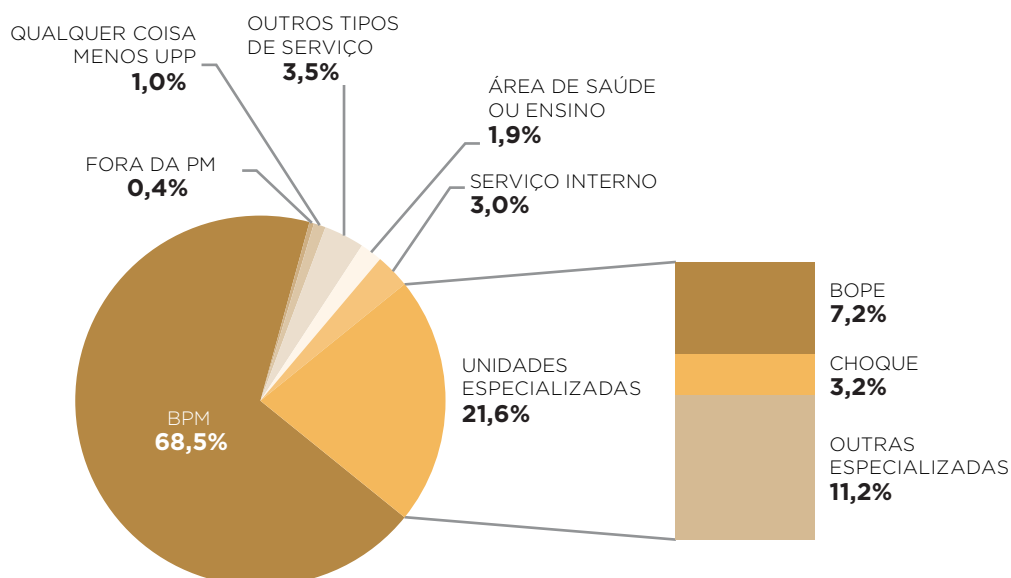
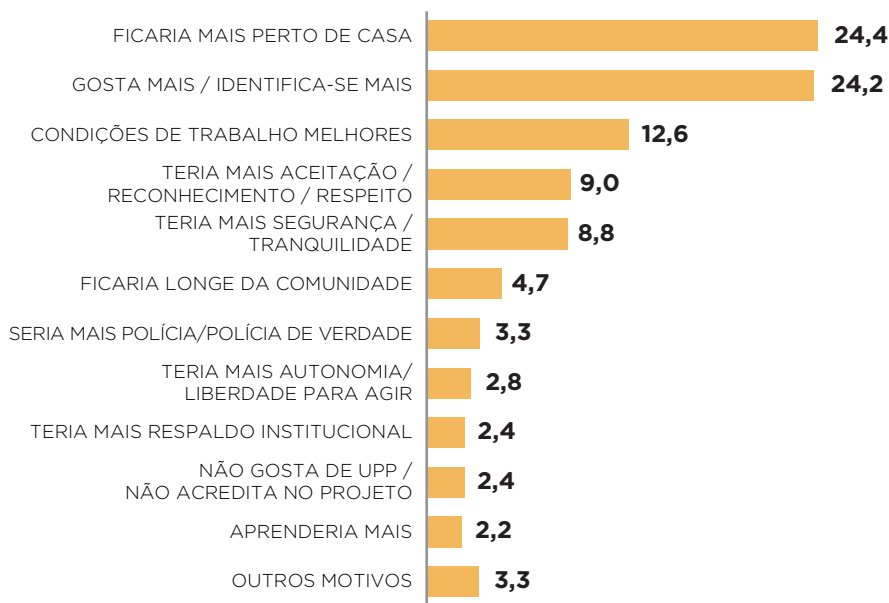


GRÁFICO 12_MOTIVOS POR QUE OS POLICIAIS PREFERIRIAM ESTAR NO OUTRO TIPO DE SERVIÇO (% DAS RESPOSTAS DE ENTREVISTADOS QUE GOSTARIAM DE SAIR DE UPP)



(Gráfico 12). Na soma, esse tipo de motivação representa menos da metade (48,5%) das respostas de 2014 (contra 64,1% em 2012), ao passo que alegações mais “utilitárias”, como a já mencionada distância de casa, condições de trabalho melhores, mais segurança, mais apoio institucional e outras análogas perfazem pouco mais da metade.

Caso o “policimento de proximidade” estivesse em vias de expansão e consolidação, isso poderia ser um sinal alvissareiro de recuo das resistências e aumento da adesão ao projeto. Entretanto, tudo indica que está ocorrendo exatamente o oposto nas UPPs e é possível que a aparente redução das resistências sinalize que essas unidades estão-se tornando cada vez mais parecidas com os batalhões, tanto no que toca às formas de policiamento quanto na lógica do confronto, ou ainda nas oportunidades de “aproximação predatória” (Rodrigues 2014: 81). Noutras palavras, o que se afigura para muitos

agentes, gestores, moradores de favela e pessoas de fora como uma “crise” do programa, para alguns policiais talvez signifique apenas a expansão do “velho paradigma”, que diminui a sensação de serem “menos polícia” e torna menos desvantajosa a permanência nas UPPs. Não fossem a longa distância de casa e as péssimas condições de trabalho em diversas unidades, provavelmente os níveis de satisfação e a vontade de permanecer em UPP seriam bem superiores aos registrados pela pesquisa – mesmo com a crescente percepção de hostilidade dos moradores.

A concordância com frases recorrentes sobre as UPPs apresentadas no questionário de 2014, em comparação com os percentuais do survey anterior, também parece confirmar essa hipótese de uma relativa acomodação de parte dos agentes – a despeito das inseguranças e tensões – à nova realidade do programa (Gráfico 13). Note-se que, embora metade ou

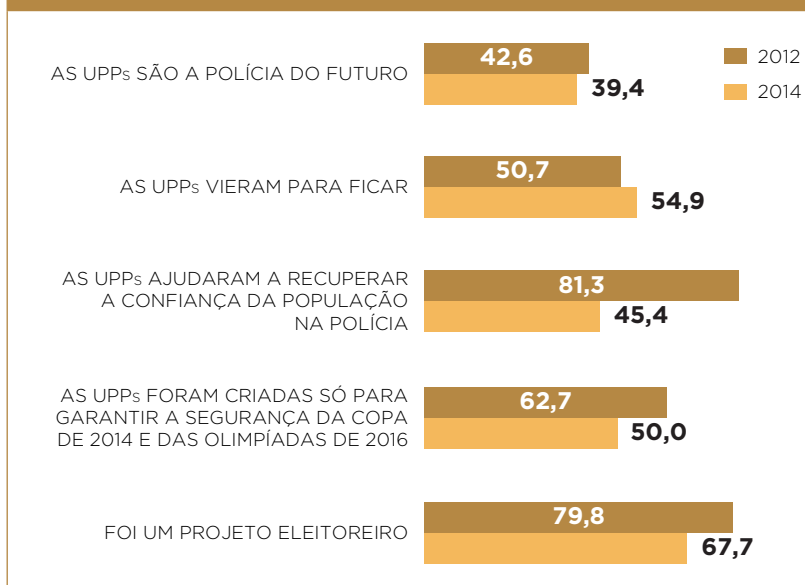
“

É POSSÍVEL QUE A APARENTE REDUÇÃO DAS RESISTÊNCIAS SINALIZE QUE ESSAS UNIDADES ESTÃO-SE TORNANDO **CADA VEZ MAIS PARECIDAS** COM OS BATALHÕES, TANTO NO QUE TOCA ÀS FORMAS DE POLICIAMENTO QUANTO NA LÓGICA DO CONFRONTO, OU AINDA NAS OPORTUNIDADES DE **‘APROXIMAÇÃO PREDATÓRIA’**”

mais dos entrevistados continue concordando em que as UPPs foram um projeto eleitoreiro e seu único objetivo era garantir a segurança dos grandes eventos, essas proporções caíram desde 2012 e aumentou ligeiramente a dos que acreditam que “as UPPs vieram para ficar”. Ao mesmo tempo, diminuiu muito a crença otimista na recuperação da confiança da população por meio dessa iniciativa, assim como decresceu um pouco (dentro da margem de erro da pesquisa) a aposta na ideia de que essa seria a “polícia do futuro”.

Por fim, como já havia sido feito em 2012, buscou-se estabelecer uma escala sintética de níveis de adesão dos policiais às UPPs combinando cinco diferentes perguntas do questionário (ver Quadro 1, abaixo). A comparação com os resultados de 2012 não é muito precisa porque houve mudança no modo de obtenção de uma das respostas: trata-se da afirmação de que “as UPPs deveriam acabar”, antes surgida espontaneamente numa pergunta aberta e transformada em 2014 numa das frases estilizadas para as quais se pedia a concordância ou discordância dos entrevistados. Como

GRÁFICO 13_ CONCORDÂNCIA COM ALGUMAS FRASES ESTILIZADAS SOBRE AS UPPs (% DE ENTREVISTADOS)



os percentuais foram muito diferentes (3,5% de respostas espontâneas em 2012 e 45,4% de fechadas em 2014), pode não ser negligenciável o impacto dessa mudança metodológica na comparação entre os dois momentos.

Os policiais que responderam de modo favorável a todas as cinco perguntas foram considerados *totalmente identificados* com o projeto e os que

QUADRO 1_ PERGUNTAS SELECIONADAS E TIPOS DE RESPOSTAS PARA IDENTIFICAÇÃO DE GRAUS DE ADESÃO DOS POLICIAIS AO PROJETO - 2012/2014

PERGUNTAS	RESPOSTAS		
	FAVORÁVEIS	DESAVORÁVEIS	NEUTRAS
SENDO UM(A) POLICIAL DE UPP, COMO SE SENTE NA MAIOR PARTE DO TEMPO?	SATISFEITO(A)	INSATISFEITO(A)	INDIFERENTE
“A UPP É A POLÍCIA DO FUTURO”. CONCORDA OU DISCORDA:?	CONCORDA	DISCORDA	NA
ATUALMENTE, (...) SUA OPINIÃO SOBRE O PROJETO É POSITIVA, NEGATIVA OU NEUTRA?	POSITIVA	NEGATIVA	NEUTRA
PREFERIRIA ESTAR TRABALHANDO EM OUTRO TIPO DE POLICIAMENTO, FORA DA UPP?	NÃO	SIM	NA
“AS UPPs DEVERIAM ACABAR”. CONCORDA OU DISCORDA:?	DISCORDA	CONCORDA	NA

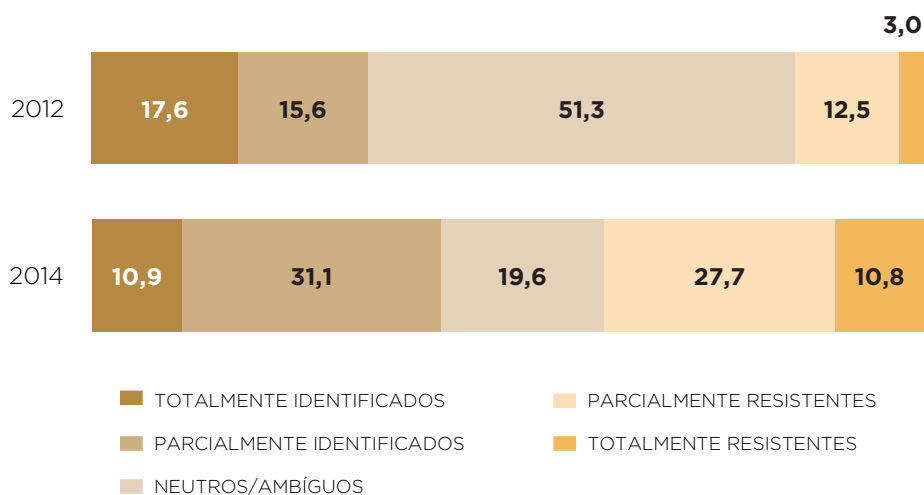
deram pelo menos três respostas favoráveis, *parcialmente identificados*. Do mesmo modo, cinco respostas desfavoráveis classificavam o(a) policial como *totalmente avesso(a) ou resistente* às UPPs e pelo menos três desfavoráveis, como *parcialmente resistente ou avesso(a)*. Aos demais entrevistados, que responderam menos de três favoráveis e menos de três desfavoráveis, foi atribuída a classificação *neutros ou ambíguos*.

No Gráfico 14, abaixo, os resultados estão dispostos num gradiente, que vai de um nível máximo de adesão a um mínimo, passando por duas posições intermediárias de aderência e rejeição parciais, e por uma faixa de indiferença ou de baixa definição. Comparados aos de 2012, os resultados mais recentes mostram, primeiro, uma redução do extremo positivo e um aumento do negativo, o que equivale a dizer que há menos policiais totalmente aderidos e mais totalmente resistentes. Mas também apontam para o aumento das parcelas tanto de adesão quanto de rejeição parcial, acompanhado de um drástico encolhimento da faixa de

“neutros/ambíguos”, que representava mais da metade dos agentes em 2012 e reduziu-se a menos de 20% em 2014.

Tais resultados, contudo, são difíceis de interpretar, e não apenas por causa da alteração metodológica em uma das variáveis. Se em 2012 ainda havia certo resquício de clareza sobre o que significava “o projeto” das UPPs – um policiamento inovador para as favelas, baseado essencialmente na proximidade e no diálogo, não no confronto e na repressão – podia-se considerar, com certa segurança, que os policiais aderidos ou avessos eram favoráveis ou contrários, em grau maior ou menor, àquela proposta, por mais que seus motivos de adesão ou rejeição pudessem ser muito diversos. Mas, com o rumo que as UPPs parecem ter tomado nos últimos anos, já não se pode traçar essa linha com tanta firmeza, pois já não se sabe muito bem a que “projeto” os agentes estariam aderindo, resistindo ou simplesmente se acomodando. A justificativa para a *satisfação*, dada por um ou uma dos nossos entrevistados, talvez ilustre bem o que se quis dizer

GRÁFICO 14 _ GRAUS DE IDENTIFICAÇÃO DOS POLICIAIS COM O PROGRAMA (% DE ENTREVISTADOS)



até aqui e obrigue a fechar a análise desse último gráfico com um ponto de interrogação, no lugar de alguma possível resposta: “[Estou satisfeito(a) em trabalhar na UPP porque] não é diferente de trabalhar em batalhão. E a gratificação é melhor”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E ALÉM

Os resultados gerados em 2014 pela pesquisa *UPP: O que pensam os policiais* parecem confirmar motivos de preocupação já detectados nos levantamentos anteriores a respeito do futuro do programa. Motivos esses acrescidos de outros problemas que se tornaram mais intensos ou mais explícitos de lá para cá, como o aumento dos tiroteios, mesmo em áreas onde a “pacificação” parecia razoavelmente consolidada; o recuo das práticas identificáveis ao policiamento de proximidade; o crescimento do número de policiais com percepção da presença muito frequente do tráfico de drogas e do porte ilegal de armas, e o aumento também expressivo da sensação desses policiais de serem detestados e rejeitados pela maioria dos moradores de favelas com UPP.

Uma leitura da crise por que passa atualmente o programa – encontrável no discurso de policiais de ponta, no de alguns gestores e em matérias na imprensa – credita os problemas principal ou integralmente ao “retorno” do tráfico de drogas, supostamente a maior ameaça à política de “pacificação”. Leitura que, no limite, desemboca em reforço da visão bélica e repressiva à qual o projeto original das UPPs justamente buscava se contrapor. Elevado a “causa” das dificuldades, o tráfico de drogas, “inimigo” de sempre, estaria a demandar da polícia mais repressão, mais abordagens, mais confrontos, mais fuzis,

mais intervenções militarizadas e mais suspeição em relação aos moradores de favelas, possíveis aliados ou protetores dos traficantes. Em suma, mais do mesmo: mais do que sempre se pensou e fez – sem nenhum sucesso – na política de segurança do Rio de Janeiro, ao invés da mudança de paradigma anunciada em sua origem pelo programa de “pacificação” de favelas.

Buscando diálogo com pesquisas etnográficas recentes, a análise dos resultados do *survey* de 2014 desenvolvida neste artigo aponta para uma relação bem mais complexa entre os fatores intervenientes na crise atual das UPPs, em que sobressaem tropeços do próprio programa, como a grande demora na alteração do currículo de formação dos policiais de ponta, só realizada quase oito anos após o início da “pacificação”; o baixo investimento, até agora, na sistematização doutrinária e na institucionalização prática do chamado “policiamento de proximidade”; o fraco ou nenhum desenvolvimento de mecanismos institucionais de controle, monitoramento e avaliação da atividade policial; o crescente protagonismo atribuído aos GTPPs – grupamentos que só têm proximidade no nome, pois via de regra atuam como mini-Bopes, circulando fortemente armados pelas comunidades, revistando uma quantidade enorme de moradores, reprimindo ações de protesto nas favelas, intimidando a população e por vezes provocando confrontos com traficantes armados. Longe de servirem como ponta de lança de um novo paradigma de policiamento, as UPPs parecem, assim, ter preservado e mesmo reforçado nos últimos anos concepções e práticas tradicionais de polícia, tornando-se cada vez mais semelhantes aos batalhões, com suas rotinas costumeiras, incluindo as ilícitas e abusivas, e suas tropas de elite vestidas para guerrear.



UMA LEITURA
DA CRISE POR
QUE PASSA
ATUALMENTE
O PROGRAMA
CREDITA OS
PROBLEMAS
PRINCIPAL OU
INTEGRALMENTE
AO ‘RETORNO’
DO TRÁFICO
DE DROGAS,
SUPOSTAMENTE
A MAIOR AMEAÇA
À POLÍTICA DE
‘PACIFICAÇÃO’

Certamente também contribuem para o desgaste da legitimidade do programa elementos que fogem do campo de análise deste trabalho, mas que não se pode deixar de mencionar: a evaporação da UPP Social, não substituída por nenhum outro programa efetivo de coordenação de ações urbanísticas e socioeconômicas para as favelas ocupadas pela polícia; o forte desgaste do governo do estado no período das grandes manifestações de 2013, que fez murchar o entusiasmo inicial em relação às UPPs; a crescente exposição de casos de violência e corrupção – entre os quais tornaram-se emblemáticos o “desaparecimento” do auxiliar de pedreiro Amarildo Dias de Souza na UPP da Rocinha em julho de 2013 e, mais recentemente, a execução extrajudicial, com forjamento de auto de resistência, filmada por moradores do morro da Providência em setembro de 2015; o próprio recrudescimento dos tiroteios, que alimentam a insegurança no interior e no entorno das comunidades; as incertezas (seja de moradores ou dos próprios policiais) quanto à permanência do programa após as Olimpíadas de 2016, assim como a dúvida sobre os reais propósitos das UPPs e sobre quais seriam os seus reais beneficiários: se, de fato, elas visam à melhoria de vida da população das favelas ou se servem sobretudo ao processo de “gentrificação”, valorização imobiliária e exploração turística que acompanha o projeto de transformar o Rio de Janeiro em ambiente de grandes eventos, negócios e lucros. Sob questionamento está também a propaganda governamental e midiática que apresentou as UPPs como uma *política de segurança*, com supostos impactos positivos para toda a população fluminense. Por exemplo, a própria atribuição da queda dos

homicídios e dos autos de resistência no estado ao processo de “pacificação” vem sendo posta em xeque por indicações de que, se houve esse impacto, ele se restringiu ao âmbito da capital.⁵³ Ademais, não só os homicídios comuns voltaram a subir como as mortes provocadas pela polícia vêm aumentando fortemente no estado desde 2012.

Ao lado de todos esses fatores que têm corroído a confiança no programa dentro e fora das UPPs, ficam também interrogações de fundo sobre a efetiva possibilidade de se realizar uma mudança de paradigma nos modos de ação da polícia sem uma reforma estrutural das próprias instituições policiais. Será possível implementar projetos bem sucedidos e duradouros de policiamento de proximidade, especialmente em favelas, sem essa reforma profunda? Pode-se esperar que experiências-piloto, mesmo de grande escala como as UPPs, sobrevivam à força destruidora do modelo bélico-repressivo – ainda mais se ele permanece vigente nas outras áreas não contempladas por essas experiências, continua hegemônico nas ideias e práticas da maior parte da corporação e conta com o apoio de parcela expressiva da sociedade? Será realista apostar no poder transformador a médio e longo prazo de programas inovadores, progressistas e bem intencionados, porém desprovidos de condições concretas de sustentabilidade?

Quando se leem balanços da experiência dos GPAEs no Rio de Janeiro,⁵⁴ experiência que precedeu e inspirou a das UPPs, é quase inevitável responder negativamente a todas as perguntas acima, pois se percebe que, não obstante as diferenças nas concepções das duas iniciativas e nos momentos históricos em que surgiram, *exatamente os mesmos problemas* apontados no caso dos GPAEs repetem-se – em escala

“

FICAM
INTERROGAÇÕES
DE FUNDO SOBRE
A EFETIVA
POSSIBILIDADE
DE SE REALIZAR
UMA **MUDANÇA
DE PARADIGMA**
NOS MODOS
DE AÇÃO DA
POLÍCIA SEM
UMA **REFORMA
ESTRUTURAL**
DAS PRÓPRIAS
INSTITUIÇÕES
POLICIAIS”

ampliada – no atual programa de “pacificação”. A saber: falta de monitoramento e avaliação; baixa institucionalização; extrema dependência de lideranças carismáticas individuais no comando das unidades; fragilidade dos mecanismos de controle interno e externo da atividade policial; falhas na seleção e na formação dos policiais de ponta; baixa capacidade de diálogo com organizações e lideranças comunitárias; concepção paternalista e tutelar, quando não francamente autoritária, da regulação policial nas favelas ocupadas; fracasso da tentativa de “integração dos serviços públicos, através da participação articulada das agências do Estado, da Sociedade Civil, além da própria comunidade” para melhorar as condições de vida dos moradores;⁵⁵ consequentemente, excessiva extensão do mandato da polícia, que pode se transformar em “intendência geral” da favela, convertendo o policial de ponta em “faz-tudo”⁵⁶ e os comandantes em “sindicos das comunidades” ou novos “donos do morro”.⁵⁷ Como ocorreu com os GPAEs, as UPPs também parecem estar sendo incapazes de manter a confiança dos moradores para além de um começo auspicioso no qual a suspensão dos tiroteios, das incursões policiais violentas, da circulação de traficantes armados e da impunidade para práticas abusivas da polícia gera receptividade e apoio de grande parte da população.

A facilidade com que tais iniciativas se degradam ou são sumariamente interrompidas estende-se também a experiências mais antigas, como a do policiamento comunitário em Copacabana nos anos 1990,⁵⁸ e mostra quão frágeis são os fundamentos para o sucesso e a permanência desses projetos-piloto: na prática, verifica-se que, em vez de as experiências de polícia de

proximidade funcionarem como pontas de lança para mudanças internas na instituição, elas é que tendem a ser fagocitadas, mais cedo ou mais tarde, pela cultura corporativa tradicional.

No caso das UPPs, como nos anteriores, pesa ainda – e pelos mesmos motivos – a baixa adesão de grande parte dos policiais a projetos que pretendem afastar-se do *ethos* guerreiro e da eterna reprodução dos modos convencionais de fazer polícia. Com o sério agravante (não verificado na experiência dos GPAEs nem em outras similares) de as condições de trabalho em diversas UPPs serem simplesmente abomináveis, o que contribui sobremaneira para que parcela expressiva dos agentes de ponta não se sintam nem um pouco valorizada, apoiada e beneficiada pelo programa de “pacificação”. Não surpreende, assim, que muitos policiais ouvidos nos três *surveys* do CESeC o encarem como um “programa eleitoreiro” e como foco de exploração política e midiática, totalmente distanciada da realidade concreta que eles enfrentam no dia a dia.⁵⁹

Mas, apesar dos muitos motivos de desânimo e descrença na possibilidade de recuperação da proposta original das UPPs, as dimensões inéditas desse programa, as grandes esperanças que mobilizou e os sinais de que a atual cúpula da PMERJ está empenhada em tentar corrigir os desvios de rota apontados fazem com que se possa ainda acreditar numa reversão do atual cenário de crise, tensão, desgaste e enfraquecimento do policiamento de proximidade em favelas.⁶⁰ Reversão necessária para que as UPPs não se tornem mais uma entre outras oportunidades de mudança desperdiçadas ao longo das últimas duas décadas na segurança pública do Rio de Janeiro.



NA PRÁTICA, VERIFICA-SE QUE, EM VEZ DE AS EXPERIÊNCIAS DE POLÍCIA DE PROXIMIDADE FUNCIONAREM COMO **PONTAS DE LANÇA PARA MUDANÇAS INTERNAS** NA INSTITUIÇÃO, ELAS É QUE TENDEM A SER FAGOCITADAS, MAIS CEDO OU MAIS TARDE, PELA CULTURA CORPORATIVA TRADICIONAL”

NOTAS

1. Ao longo do texto, o termo “pacificação” será utilizado sempre entre aspas para assinalar que se trata de uma categoria do discurso oficial e midiático, sujeito a diversas leituras e críticas. Como lembra Oliveira (2014), esse termo aponta para uma visão militar, tutelar e “civilizatória”, que se aplica sempre a um Outro percebido como social e moralmente inferior. Naturalizá-lo implica, portanto, ocultar todo um conjunto de significados culturais e políticos que se transmite de experiências históricas à situação atual: segundo o autor, muitas analogias podem ser traçadas entre a “pacificação” de grupos indígenas no passado e a dos moradores das favelas cariocas contemporâneas, particularmente o pressuposto de uma ação tutelar exercida sobre uma população vulnerável e desprovida de “civilização”.
2. Os resultados da pesquisa de 2010 encontram-se em CESeC (2010) e Soares et al. (2012); os do survey de 2012, em CESeC (2012), Soares (2012) e Musumeci et al. (2013). Algumas perguntas do questionário foram alteradas em 2014 e introduziram-se algumas novas, por isso nem sempre se podem comparar os dados dos três levantamentos.
3. Em julho de 2014, quando teve início a pesquisa, já havia, na verdade, 38 UPPs, mas duas foram excluídas do levantamento por serem recentes demais: Manguerinha, em Duque de Caxias, única fora do município do Rio, inaugurada em abril, e Vila Kennedy, na Zona Oeste da cidade, criada em maio daquele ano. O total de policiais também já era maior, mas a nossa lista só incluiu os das 36 UPPs e, entre estes, só os que estavam “prontos” (isto é, não afastados ou licenciados) na data inicial do levantamento.
4. Esta é decerto a maior limitação da pesquisa, pois obriga a tratar implicitamente as favelas com UPP como se fossem um conjunto homogêneo – o que, alerta Valladares (2005: 151-2), pode ter fortes implicações negativas, ao unificar “situações com características muito diferentes nos planos geográfico, demográfico, urbanístico e social”, reduzindo “favela” (no singular) pura e simplesmente ao “locus da pobreza” ou “território urbano dos pobres”. Ou, ainda, ao território da violência e da ilegalidade, a que se aplicariam políticas de segurança homogêneas, com resultados supostamente uniformes (Leite 2014; Machado da Silva 2015).
5. Uma análise do contingente feminino das UPPs com base no survey de 2014 e uma reflexão mais ampla, a partir de pesquisa qualitativa, sobre concepções e papéis de gênero entre policiais dessas unidades encontram-se, respectivamente, em Mourão (2015b) e Mourão (2013).
6. O Proeis (Programa Estadual de Integração na Segurança), criado em 2011, permite aos policiais militares prestarem serviços, mediante convênio, a órgãos estaduais, municipais e concessionárias de serviços públicos; o RAS (Regime Adicional de Serviços), regulamentado em abril de 2012, autoriza todos os servidores de segurança pública a desempenhar tarefas especiais de policiamento ostensivo durante os períodos de folga (ver <http://www.rj.gov.br/web/impressa/exibeconteudo?article-id=850254>. Último acesso: 16/09/2015).
7. A pergunta sobre passagem anterior por outros setores excluía expressamente o estágio realizado durante a formação e a prestação de serviços complementares via Regime Adicional de Serviço (RAS). O percentual se refere, portanto, a policiais que haviam de fato pertencido a outras unidades fora do programa UPP.
8. Os conteúdos avaliados não correspondem, necessariamente, a disciplinas do Curso de Formação de Soldados da PM. Trata-se de temas propostos no questionário do CESeC para que os entrevistados classificassem o ensino de cada tema como “adequado”, “inadequado” ou “inexistente”.
9. A maioria dos policiais entrevistados em 2014 (57,2%) disse que seu curso de entrada na PM, incluindo estágio, havia durado de 7 a 9 meses; 39,6% afirmaram que durara de 10 a 14 meses e 3,2%, disseram tê-lo concluído em menos de 6 meses. A malha curricular do Curso de Formação de Soldados da PMERJ vigente desde 2012 previa uma carga horária total de 1.182 horas, incluindo estágio, o que equivalia a 7 meses ou mais de duração (cf. Cortes e Mazzurana 2015: 14-15).
10. Por “polícia de proximidade”, segundo a definição oficial, deve-se entender “um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. Os policiais da UPP não são policiais de confronto e ‘guerra’, e sim de mediação de conflitos e de relação com as comunidades. A polícia de proximidade busca, ainda, instaurar novas formas de interação e parceria entre as instituições policiais e a sociedade, privilegiando o atendimento preventivo. Os policiais são orientados a estreitar laços com a comunidade em que atuam, conhecendo os moradores e os problemas que possam gerar crimes e conflitos. São pressupostos básicos do policiamento comunitário: ação pró-ativa; ação preventiva; integração dos sistemas de defesa pública e defesa social; transparência; cidadania e ação educativa” (Página “FAQ” do site UPPRJ: <http://www.upprj.com/index.php/faq>. Último acesso: 16/09/2015).
11. Feita pelos Grupamentos de Policiamento de Proximidade (GPPs) formados por 2 a 4 policiais, que desempenham atividades de polícia ostensiva e se deslocam a pé (Albernaz e Mazzurana 2015: 69, 71). O GPP é considerado estratégico para os objetivos da “pacificação” porque, ao menos em tese, “descentraliza e personaliza a prestação de serviços de policiamento, permitindo maior aproximação entre comunidade e policiais militares” (idem:

- 75). Em algumas localidades, porém, o que é chamado GPP é o policiamento em ponto fixo (Soares 2015: 194).
12. O termo “bonde” também pode ser usado para designar “um grupo de policiais que trabalha[m] juntos, fazendo o mesmo plantão, cobrindo o mesmo turno”, não necessariamente integrantes de GTPP (Menezes 2014: 673). Trata-se, em geral, dos grupos mais agressivos, liderados por agentes que os moradores (e os próprios policiais) identificam como “truculentos” (Soares 2015: 212, 287).
13. É possível que haja significativas variações na atuação desses policiais em diferentes favelas, mas, pelo menos em algumas, o nome mais adequado para o destacamento talvez fosse “Polícia de Pouca Proximidade”, como sugere o pesquisador Vinicius Esperança (2014: 137), que acompanhou diretamente várias operações do GTPP em Nova Brasília.
14. Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP-RJ) – Indicadores por AISPs e por UPPs [<http://www.isp.rj.gov.br/mapasite.asp?flag=003>. Último acesso: 05/09/2015]. As séries para as UPPs iniciam-se em 2007, último ano antes da implantação do programa, que serve de “marco zero” para a análise da evolução das ocorrências nos territórios que foram sendo progressivamente ocupados.
15. A “produção policial” divulgada pelo ISP, seja para as UPPs ou para o resto do estado, não inclui, porém, a condução à delegacia de indivíduos detidos em abordagens policiais sem flagrante ou mandado judicial, simplesmente para realização do “sarque” (checagem de antecedentes penais). Essa prática é ilegal, mas bastante comum na UPP de Nova Brasília – onde o pesquisador Vinicius Esperança (2014: 144) contou mais de 200 TROs (Termos de Registro de Ocorrência) de “sarques” no intervalo de um ano – e provavelmente também em outras favelas “pacificadas”.
16. Isso fica claro quando se examina a evolução dos registros de “produção policial” desagregados por UPP. No caso das apreensões de armas, é possível perceber um padrão que corresponde às etapas planejadas de “pacificação” dos territórios: em muitos deles, há um pico de armas apreendidas logo antes da inauguração da UPP e em seguida um declínio da curva, com eventual aumento no último ano da série. As apreensões de drogas, ao contrário, não seguem um padrão perceptível: em algumas áreas, como Pavão-Pavãozinho, Providência, Turano, Macacos, Mangueira e Nova Brasília, elas crescem significativamente após a instalação da UPP; em outras, como Cidade de Deus e Rocinha, elas diminuem, e em várias outras mostram uma mesma tendência, ou uma oscilação aleatória, antes e depois da UPP. Tais diferenças precisariam ser mais bem estudadas, mas uma hipótese é de que refletem distintas e mutáveis orientações dos comandos locais.
17. Por outro lado, em 2014, diversas áreas “pacificadas” tiveram uma brusca e inexplicável queda dos registros tanto de apreensão de drogas quanto de prisões em flagrante, o que não ocorreu no resto do estado, onde ambos os tipos de ocorrências continuaram em alta. Para a evolução dos indicadores de “produção policial” no Estado do Rio entre 1991 e 2014, ver CESeC/Estatísticas/Evolução e Distribuição/Indicadores de segurança pública no Rio de Janeiro [<http://www.ucamcesecec.com.br/estatisticas/>].
18. Cf. Cano, Borges e Ribeiro (2014). Sobre os policiais mediadores das UPPs, ver Mourão (2014, 2015a). Sobre o “policial social” de UPP, com suas ambiguidades e ambivalências, ver Teixeira (2015).
19. Além das diferenças exibidas nas Tabelas 1 e 2, a pesquisa de 2014 registrou que 68,8% dos policiais que trabalhavam a maior parte do tempo em GTPP faziam em média 10 ou mais abordagens por turno de serviço, enquanto, no resto da tropa, esse percentual era de 25%. Todos os cruzamentos de dados da pesquisa usados neste trabalho são estatisticamente significantes, mas têm coeficientes de correlação baixos (variando de pouco mais de 0,1 a menos de 0,6), logo devem ser tomados apenas como indicações, não como evidência estatística.
20. É importante, contudo, diferenciar os entrevistados que afirmam realizar frequentemente mediação de conflitos (sem que se saiba bem o que entendem por isso) do grupo de policiais-mediadores especialmente treinados para conduzir mediações nas UPPs, por meio de parceria entre a PM, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público estaduais. O número total desses policiais-mediadores não passava de 40 em 2014 e nenhum dos 16 identificados na amostra do survey disse trabalhar em GTPP (cf. Mourão 2015a).
21. Para Muniz e Mello (2015: 54), “as diversas finalidades atribuídas à polícia de proximidade levam a uma concepção de mandato policial tão estendido que combina táticas policiais convencionais de repressão e dissuasão com outras modalidades alternativas de intervenção como a mediação e resolução de conflitos; o aconselhamento, orientação, auxílio e assistência comunitárias; a mobilização e conscientização civil; a promoção de uma cultura civilista etc.”
22. O mesmo policiamento está sendo atualmente expandido para projetos-piloto em bairros de classe média da cidade do Rio de Janeiro, com o nome de CIPPs (Companhias Integradas de Polícia de Proximidade), popularmente batizadas de “UPPs do asfalto”. A primeira unidade desse tipo foi inaugurada em fevereiro de 2015, abrangendo partes dos bairros da Tijuca e do Grajaú (cf. <http://www.pmerj.rj.gov.br/1a-companhia-integrada-de-policia-de-proximidade-cipp-completa-seis-meses/>. Último acesso: 16/09/2015). Ao contrário do que ocorreu nas UPPs, o projeto CIPP foi monitorado desde o início, por meio de um convênio entre a PMERJ e o CESeC; os resultados da avaliação deverão ser divulgados até o final de 2015.
23. Um projeto que, lamentavelmente, parece estar sendo desmobilizado, com a atribuição de outras funções a esses policiais.
24. Veja-se seção “Acontece” do site oficial UPPRJ (<http://www.upprj.com/index.php/acontece>. Último acesso: 21/09/2015).

25. Do conjunto dos policiais entrevistados pelo CESeC em 2014, 13,3% afirmaram realizar trabalho administrativo a maior parte do tempo (ver Gráfico 4, acima). Entre as policiais femininas, essa porcentagem foi de 47% (cf. Mourão 2015b).
26. As pesquisas quantitativas que ouviram moradores das favelas ocupadas não abrangem todas as UPPs. A mais recente, realizada em 2014, focaliza apenas dez unidades, em cada uma das quais foram entrevistados cem moradores. Observa que, de modo geral, há adesão ao programa, avaliação positiva do impacto da UPP – especialmente na redução dos tiroteios – e desejo de que ela continue após as Olimpíadas. Mas mostra também que as opiniões variam muito entre os diferentes segmentos etários e que quase 60% da população não confia nos policiais; registra, além disso, experiências de desrespeito, seletividade e violência nas abordagens policiais, tendo como alvo especialmente os moradores jovens e negros (VILAROUCA e RIBEIRO 2014).
27. As opções fechadas eram medo, desconfiança, simpatia, raiva, respeito, admiração e indiferença. Não só podia-se escolher mais de uma dessas alternativas como, no campo aberto, vários policiais responderam mais de um sentimento. Por isso, os percentuais dos Gráficos 7 e 8 se referem ao total de respostas, não ao de entrevistados.
28. Ambas as perguntas eram abertas e espontâneas, e vários entrevistados forneceram mais de uma resposta. Os percentuais referem-se, assim, ao total de respostas, não ao de entrevistados.
29. Em grupos focais com cabos e soldados de UPP, conduzidos pelo CESeC na primeira rodada da pesquisa, em 2010, também houve relatos de hostilidades por parte de moradores, sobretudo jovens, que atiravam pedras e sacos de urina ou fezes contra os policiais, e xingavam ou cuspiam no chão quando passavam por eles.
30. Na pesquisa do CESeC, a pergunta sobre experiências de ter sido hostilizados só foi feita aos policiais em 2014, por isso não há possibilidade de comparação com os surveys dos anos anteriores.
31. Vale insistir que os baixos coeficientes de correlação dos cruzamentos fazem com que os resultados devam ser tomados como indicações, não como evidências.
32. Entrevista do coronel Antonio Carballo, assessor de Assuntos Estratégicos do Estado Maior da PM. G1, 11/07/2015 [<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/policia-admite-erros-nas-upps-e-especialistas-avaliam-mortes-de-pms.html>]. Último acesso: 25/09/2015]
33. Segundo levantamento do G1, foram 4 mortes de policiais de UPP em 2012, 3 em 2013, 8 em 2014 e 7 só de 1º de janeiro a 8 de julho de 2015 (<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/07/um-policial-morre-cada-40-dias-em-upps-do-rio-desde-2014.html>). Último acesso: 21/09/2015).
34. Planilha “Ranking das UPPs por quantidade de confrontos”, fornecida ao CESeC pela Coordenação de Polícia Pacificadora da PMERJ. Embora não haja um esclarecimento explícito, a categoria “confronto” utilizada pela PM parece supor sempre troca de tiros de arma de fogo com criminosos.
35. Barreira do Vasco/Tuiuti, Batan, Borel, Cerro-Corá, Chapéu Mangueira/Babilônia, Formiga, Jacarezinho, Prazeres/Escondidinho e Vidigal.
36. Adeus/Baiana, Andaraí, Arará Mandela, Chutuba, Coroa/Fallet/Fogueteiro, Fazendinha, Macacos, Manguinhos, Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, Providência, Salgueiro e Tabajaras.
37. Alemão, Caju, Camarista Méier, Cidade de Deus, Lins, Mangueira, Nova Brasília, Parque Proletário, Rocinha, São Carlos, São João, Turano e Vila Cruzeiro.
38. Não há dados sobre confrontos no período correspondente ao da pesquisa.
39. Não se trata de ocorrências registradas, apenas da avaliação dos policiais sobre frequência de casos nas áreas de UPP onde trabalham.
40. Já o cruzamento entre sensação de segurança e tipo de trabalho realizado na maior parte do tempo não apresentou resultado notável: os policiais de GTPP disseram sentir-se seguros ou muito seguros numa proporção (29,9%) apenas um pouco maior que a dos ocupados em outros tipos de serviços (24,7%).
41. Outras experiências listadas no questionário – ter feito uso de arma letal ou não-letal e ter apreendido drogas, armas ou adolescentes infratores – apresentaram coeficientes de correlação menores que 0,1 no cruzamento com a divisão das UPPs por quantidade de confrontos.
42. Ver, a esse respeito, entre outros, Valladares (2005); Ramos e Musumeci (2005); Cano, Borges e Ribeiro (2014: 176-8); Cecchetto et al. (2013: 11-13); Soares (2015: 135).
43. ISP-RJ (<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=61>). Ainda não há dados de 2015 para as áreas com UPP.
44. Soares (2015: 164) relata casos de moradoras expulsas da comunidade por traficantes porque mantinham relações amorosas com agentes da UPP, de comerciantes proibidos de vender aos policiais e de pessoas que foram punidas, ou tiveram a porta de casa marcada, por conversarem muito com a polícia – fatos que provavelmente se repetem em outras favelas “pacificadas”.
45. Ver, a esse respeito, Cano, Borges e Ribeiro (2014: 149-52); Musumeci et al. (2013: 8-10; 14).
46. Zaluar (2015: s/p) sugere que esse fortalecimento tem relação com as grandes manifestações de 2013, quando muitos jovens policiais de UPP foram deslocados para prestar auxílio ao BPCChoque ou aos batalhões convencionais, e assimilaram na prática “as técnicas da repressão e o abuso no uso da força que caracterizavam a PM em situação de enfrentamento”, tendo oportunidade de colocar

em ato a “lógica da ação que impera na cultura organizacional”. A autora também associa a esse período o reempoderamento dos traficantes nas UPPs: “com menos policiais presentes, os traficantes voltaram a exhibir armas e se comportar provocativamente, sem se esconder nos becos como faziam nos últimos anos. Confrontos entre policiais e traficantes voltaram a ocorrer e a caça aos ‘bandidos’ hoje periga vir a ser novamente o *modus operandi* de policiais militares mesmo nas UPPs”.

47. Soares (2015: 172) relata, inclusive, que, numa das favelas que pesquisou, reações de revolta de moradores, com xingamentos e arremesso de sacos de urina, fezes e ratos, não tiveram como alvo apenas policiais da UPP, mas também funcionários do PAC, em resposta a remoções feitas de modo autoritário e a atrasos nas obras de reassentamento dos moradores já removidos.
48. Em análise feita de uma perspectiva distinta, Eduardo Rodrigues (2014a e 2014b) destaca os rearranjos na “geopolítica da droga” desencadeados pela instalação das UPPs, afetando as relações de poder entre traficantes, policiais e milicianos na cidade do Rio de Janeiro. Para o autor, os recentes ataques a UPPs, o aumento dos crimes contra o patrimônio e o re-fortalecimento das milícias nos últimos anos (inclusive em favelas com UPP) seriam algumas das consequências interrelacionadas do processo de “pacificação”, cujo objetivo maior teria sido e continuaria sendo o de extinguir ou desterritorializar, não o tráfico de drogas ou os grupos armados em geral, mas especificamente a facção criminosa intitulada Comando Vermelho.
49. A tentativa de “explicar” a crise por ataques do tráfico contra a “pacificação” aparece em diversos editoriais e matérias recentes da grande imprensa – por exemplo, no título de uma reportagem do Globo, de 30/03/2014: “Menos de 24 horas após ação na Maré, tráfico desafia pacificação”. O curioso, porém, é que o lead e a abertura dessa reportagem referem-se ao caso de cinco policiais militares “presos acusados de fazerem jogo duplo: trabalhavam na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha, mas receberiam ordens, em troca de propina, dos traficantes. Além de passar informações sobre operações policiais, eles faziam vista grossa à venda de drogas, não reprimindo o tráfico de armas e munições da quadrilha do traficante Antônio Francisco Bonfim Lopes, o Nem da Rocinha, que cumpre pena no presídio federal de Campo Grande. Horas antes, no fim da noite de domingo, dois policiais da UPP da Rua Canitar, no Complexo do Alemão, foram baleados em uma troca de tiros com traficantes”. Fica evidente aí a oscilação entre um endosso à lógica bélica, ou à dicotomia simplória polícia X traficantes, e o reconhecimento de imbricações muito mais complexas entre esses supostos “inimigos de guerra”. [<http://oglobo.globo.com/rio/menos-de-24-horas-apos-acao-na-mare-trafico-desafia-pacificacao-12050817>. Último acesso: 25/09/2015].
50. Os motivos de satisfação e insatisfação foram categorizados e agregados a partir de múltiplas respostas à pergunta aberta e espontânea. O grupo “condições de trabalho”, por exemplo, inclui elementos como escala, gratificação, condições da sede, auxílio-transporte etc. Como alguns policiais responderam mais de um motivo, as porcentagens se referem ao total de respostas, não ao de entrevistados.
51. Na época do survey anterior, em 2012, a gratificação dos policiais de UPP, paga pela prefeitura, costumava atrasar muito e a pontualidade do pagamento foi o item com pior avaliação depois do salário: só 6,3% qualificaram-no como “bom” e só 6% consideraram “bom” o salário que recebiam. Em 2014, parece não haver mais atrasos; além disso, como já mencionado, o acréscimo de serviço extra no RAIS e no Proeis elevou a média salarial e aumentou significativamente a parcela de policiais que consideram o salário “bom” (de 6 para 21,5%), embora ao preço de uma carga de trabalho maior.
52. A proporção de policiais desejosos de trabalhar em BPM, contudo, foi mais alta em 2014 que na rodada anterior (68,5 contra 59,4%). Cf. Musumeci et al. (2013: 8).
53. Ver a já mencionada série de dados do ISP para as áreas com UPPs, a cidade e o estado do Rio de Janeiro. Cf. também Misse (2014).
54. Cf., por exemplo, Albernaz, Caruso e Patrício (2007); Cardoso (2010, 2014). A sigla GPAE é de Grupos de Policiamento em Áreas Especiais.
55. Diretriz de Planejamento 23/00, que instituiu o primeiro GPAE, nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. Boletim PM, n. 37, 9 de agosto de 2000, apud Albernaz, Caruso e Patrício (2007, p. 40). A mesma intenção integradora, com o mesmo insucesso, repetiu-se anos depois na criação do programa UPP Social (cf. Henriques e Ramos 2011; Foley 2014; Soares 2015).
56. Albernaz, Caruso e Patrício (2007, pp. 42-43).
57. Cano, Borges e Ribeiro (2014, pp. 173, 198).
58. Cf. Musumeci, coord. (1996).
59. Nas duas primeiras rodadas do survey, em 2010 e 2012, 49,3% e 53,7% dos policiais, respectivamente, disseram que a mídia retratava as UPPs melhor do que elas eram na realidade. A pergunta foi suprimida do questionário de 2014.
60. Desde o início de 2015 e até o momento da conclusão deste artigo, ocupavam cargos de algo comanda na PMERJ alguns oficiais afinados com a concepção de polícia cidadã, comunitária e respeitadora dos direitos humanos. Entre eles, os idealizadores e implementadores do primeiro GPAE e das primeiras UPPs.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERNAZ, Elizabete R.; CARUSO, Haydée; PATRÍCIO, Luciane. Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro: o caso do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais. *São Paulo em Perspectiva*, v. 21, n. 2, pp. 39-52, jul/dez 2007. [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v21n02/v21n02_04.pdf]. Último acesso: 20/09/2015]
- ALBERNAZ, Elizabete R.; MAZZURANA, Leonardo. *Unidad de Policía Pacificadora –UPP: del origen del programa a la política de pacificación*. Rio de Janeiro: ISER, 2015. [<http://www.amuprev.org/documentos/2015851588.pdf>]. Último acesso: 14/09/2015]
- CANO, Ignacio; BORGES, Dorian; RIBEIRO, Eduardo (orgs.). “Os donos do morro”: Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2014. [http://br.boell.org/sites/default/files/os_donos_do_morro_-_miolo_web_baixa.pdf]. Último acesso: 30/08/2015]
- CARDOSO, Marcus. *Como morre um projeto de policiamento comunitário. O caso do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho*. Tese de Doutorado. Brasília: Departamento de Antropologia da UnB, maio de 2010. [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7918/1/2010_MarcusAndr%C3%A9DeSouzaCardosoDaSilva.pdf]. Último acesso: 20/09/2015]
- CARDOSO, Marcus. *O policiamento comunitário na perspectiva dos moradores de favelas: apontamentos etnográficos*. Trabalho apresentado no VIII Encontro da Andhep – Políticas Públicas para a Segurança Pública e Direitos Humanos, GT 12. São Paulo: Faculdade de Direito da USP, 28 a 30 de abril de 2014. [http://www.encontro2014.andhep.org.br/resources/anais/1/1394923945_ARQUIVO_MARCUSCARDOSO.pdf]. Último acesso: 20/09/2015]
- CESEEC (CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA). *Resultados da primeira etapa do levantamento estatístico sobre o que pensam os policiais das UPPs* (apresentação de slides). Rio de Janeiro, 2010. [http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/files_mf/upps_final.ppt]. Último acesso: 15/08/2015]
- CESEEC (CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA). *Resultados da segunda etapa do levantamento estatístico sobre o que pensam os policiais das UPPs* (apresentação de slides). Rio de Janeiro, 2012. [http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/files_mf/ppt_upp19dejulho.ppt]. Último acesso: 15/08/2015]
- CECCHETTO, Fatima et al. Os jovens das favelas e a pacificação dos territórios no Rio de Janeiro: estilos e estratégias de convivência com a violência criminal e policial. *Acta Científica – XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*. Santiago, Chile, 2013. [http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT24/GT24_Cecchetto_Correa.pdf]. Último acesso: 20/09/2015]
- CORTES, Vanessa de Amorim; MAZZURANA, Leonardo. Atualização curricular do CFSd: contribuições para a gestão educacional na área da segurança pública. *Cadernos de Segurança Pública*, ano 7, n. 6, julho de 2015, pp. 1-15. [<http://www.isp.rj.gov.br/revista/download/Rev20150701.pdf>]. Último acesso: 08/09/2015]
- ESPERANÇA, Vinicius. “Brincando de gato e rato” no Complexo do Alemão: UPPS, esticas e acordo de cavalheiros na Nova Brasília e no Alemão. *Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 16, n. 3, 2014, pp. 125-150. [<http://www.confluencias.uff.br/index.php/confluencias/article/view/368/307>]. Último acesso: 13/09/2015]
- FOLEY, Conor. *Pelo telefone: Rumors, truths and myths in the ‘pacification’ of the favelas of Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Humanitarian Action in Situations Other than War, March 2014 (HASOW Discussion Paper, 11). [<http://www.hasow.org/uploads/trabalhos/117/doc/1760478317.pdf>]. Último acesso: 31/08/2015]
- HENRIQUES, Ricardo; RAMOS, Silvia. UPP social: ações sociais para a consolidação da pacificação. In: URANI, André e GIAMBAGLI, Fabio (orgs.). *Rio: a hora da virada*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2011, pp. 242-254. [Disponível também em <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto3008.pdf>]. Último acesso: 30/08/2015]

- LEITE, Márcia Pereira. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, n. 2, ago/set 2012, pp. 374-389. [http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/126/123. Último acesso: 20/09/2015]
- LEITE, Márcia Pereira. Entre a “guerra” e a “paz”: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, n. 4, out/nov/dez 2014, pp. 625-642. [http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-7-4_Art2.pdf. Último acesso: 15/08/2015]
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A experiência das UPPs: Uma tomada de posição. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 8, n. 1, jan/fev/mar 2015, pp. 7- 24. [http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-8-1-Art1.pdf. Último acesso: 15/08/2015]
- MENEZES, Palloma Valle. Os rumores da ‘pacificação’: A chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, n. 4, out/nov/dez 2014, pp. 665-684. [http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-7-4_Art4.pdf. Último acesso: 15/08/2015]
- MISSE, Daniel Ganem. Cinco anos de UPP: Um breve balanço. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, n. 3, jul/ago/set 2014, pp. 675-700. [http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-7-3-Art3.pdf. Último acesso: 15/08/2015]
- MOURÃO, Barbara Musumeci. *UPPs: Uma polícia de que gênero?* Rio de Janeiro: CESeC, 2013. [http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/12/3-UUPS-Barbara-web.pdf. Último acesso: 24/08/2015].
- MOURÃO, Barbara Musumeci. *Mediação de conflitos nas UPPs: Sistematização de uma escuta*. Rio de Janeiro, CESeC, setembro de 2014. [http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2014/09/UPP-MEDIACAO-final.pdf. Último acesso: 24/08/2015].
- MOURÃO, Barbara Musumeci. Promessas e dilemas da mediação policial nas UPPs. *Boletim Segurança e Cidadania*. Rio de Janeiro, CESeC, n. 15, 2015a (a sair).
- MOURÃO, Barbara Musumeci. A face feminina das UPPs. *Boletim Segurança e Cidadania*. Rio de Janeiro: CESeC, n. 18, 2015b (a sair).
- MUNIZ, Jacqueline; MELLO, Katia Sento Sé. Nem tão perto, nem tão longe. O dilema da construção da autoridade policial nas UPPs. *Civitas*, v. 15, n. 1, jan-mar 2015, pp. 44-65. [http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/19939/12832. Último acesso: 24/08/2015].
- MUSUMECI, Leonarda (coord.). *Segurança pública e cidadania: A experiência de policiamento comunitário em Copacabana (1994-95)*. Relatório final do monitoramento qualitativo. Rio de Janeiro: ISER, 1996. [http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2011/05/PolicComunitCopacabana_texto+anexos.pdf. Último acesso: 17/08/2015].
- MUSUMECI, Leonarda; MOURÃO, Barbara Musumeci; LEMGRUBER, Julita; RAMOS, Sílvia. Ser policial de UPP: Aproximações e resistências. *Boletim Segurança e Cidadania*. Rio de Janeiro: CESeC, ano 12, n. 14, dezembro de 2013. [http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/files_mf/boletim14.pdf. Último acesso: 15/08/2015]
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, v. 20, n. 1, 2014, pp. 125-161. [http://www.scielo.br/pdf/mana/v20n1/a05v20n1.pdf. Último acesso: 23/08/2015]
- RAMOS, Sílvia; MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito: Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira e CESeC, 2005.
- RODRIGUES, Eduardo. Rio-verão-2014: quando extinguir o Comando Vermelho passa a ser a novíssima solução para a questão da violência urbana carioca (1ª parte). *Capitalismo em desencanto*, 10/04/2014 (2014a). [https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2014/04/10/rio-verao-2014-quando-extinguir-o-comando-vermelho-passa-a-ser-a-novissima-solucao-para-a-questao-da-violencia-urbana-carioca-1a-parte/. Último acesso: 20/09/2015]
- RODRIGUES, Eduardo. Rio-verão-2014: quando extinguir o Comando Vermelho passa a ser a novíssima solução para a questão da violência urbana carioca (2ª parte). *Capitalismo em desencanto*, 28/04/2014 (2014b). [https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2014/04/28/rio-verao-2014-quando-extinguir-o-comando-vermelho-passa-a-ser-a-novissima-solucao-para-a-questao-da-violencia-urbana-carioca-2a-parte/. Último acesso: 20/09/2015]

- RODRIGUES, Robson. *Os dilemas da pacificação: Notícias de guerra e paz em uma "Cidade Maravilhosa"*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, agosto de 2014 (Artigo Estratégico, 8). [<http://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p5.pdf>]. Último acesso: 04/09/2015].
- SOARES, Barbara. *Unidades de Polícia Pacificadora: O que pensam os policiais, ano II*. Rio de Janeiro: CESeC, 2012. [<http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2011/09/Relatorio2012comAnexos.pdf>]. Último acesso: 04/09/2015].
- SOARES, Barbara; LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; RAMOS, Silvia. O que pensam os policiais das UPPs. *Ciência Hoje*, n. 294, julho de 2012. [<http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2011/09/policiaisdasUPPs294.pdf>]. Último acesso: 15/08/2015]
- SOARES, Vanessa Brulon. *(Des)organizando o espaço social de favelas: O campo burocrático do Estado em ação no contexto da "pacificação"*. Tese de doutorado em Administração. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas/FGV-RJ, junho de 2015. [[https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13848/Tese%20-%20Vanessa%20Brulon%20-%20Vers%C3%A3o%20Final%20Ap%C3%B3s%20Defesa%20\(2\).pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13848/Tese%20-%20Vanessa%20Brulon%20-%20Vers%C3%A3o%20Final%20Ap%C3%B3s%20Defesa%20(2).pdf?sequence=5&isAllowed=y)]. Último acesso: 12/09/2015]
- TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. O 'policial social': Algumas observações sobre o engajamento de policias militares em projetos sociais no contexto de favelas ocupadas por UPPs. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 8, n. 1, jan/fev/mar 2015, pp. 77-96. [<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-8-1-Art5.pdf>]. Último acesso: 08/09/2015]
- VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- VILAROUCA, Márcio Grijó; RIBEIRO, Ludmila. *Descortinando as práticas de pacificação: Resultados de um survey com residentes em dez UPPs*. Trabalho apresentado no seminário internacional "Pacificação: o que é e a quem se destina? Reflexões sobre a elaboração de políticas e ações de pacificação ao longo da história do Brasil". Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, UFRRJ e Université Paris Est Marne la Vallée, 3 e 4 de novembro de 2014.
- VIVA RIO. *Relatório de experiências de enfrentamento da violência em perspectiva comparada: Os casos de Rio de Janeiro, Salvador, Curitiba e Cidade do Panamá*. Rio de Janeiro, setembro de 2014. [http://vivario.org.br/wp-content/uploads/2014/12/Relat%C3%B3rio_CAF_1.pdf]. Último acesso: 28/10/2015]
- ZALUAR, Alba. *Dilemas, desafios e problemas da UPP no Rio de Janeiro*. Trabalho apresentado no XII Congresso Internacional da Associação de Estudos Brasileiros (Brasa). Londres: King's College, 20-23 de agosto de 2014. [http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_XII/Proceedings/Alba%20Zalaur%20-%20Dilemas,%20desafios%20e%20problemas%20da%20UPP%20no%20Rio%20de%20Janeiro.pdf]. Último acesso: 28/09/2015]

**CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA
E CIDADANIA (CESEC)**

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

RUA DA ASSEMBLEIA, 10, SALA 810
CENTRO - RIO DE JANEIRO - RJ
BRASIL - 20011-901

(55) (21) 2531-2033
(55) (21) 2232-0007

www.ucamcesec.com.br
cesec@candidomendes.edu.br

ISSN 1807-528 2

cesec



APOIADORES:

